

Carlos Leone

O essencial sobre
ANTÓNIO SÉRGIO

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

Carlos Leone

O essencial sobre
ANTÓNIO SÉRGIO

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

Diz-se, como sabeis, que estamos sofrendo de uma crise moral. Moral? Não o creio. *Social* sim; digamos *social* e diremos justo. Crise difícil de resolver, porque a acompanha, por desgraça, a crise das crises para quem está em crise, que é a crise *intelectual*. Santificai os portugueses todos, — e a nossa crise persistirá; porque, repito, é uma crise de formação social.

«As Duas Políticas Nacionais» (1925)

ANTÓNIO SÉRGIO

NOTA INTRODUTÓRIA

É comum ler que António Sérgio foi um pensador polemista por natureza, avesso a sistematizações. E isto mesmo o confirma o mais breve contacto com a sua Obra, maioritariamente composta por ensaios de natureza, temas, complexidade e extensão muito diversas. Tudo isto, e ainda a habitual negligência com que se trata a cultura portuguesa, contribui para explicar o apagamento, relativo, parcial, mas ainda assim gradualmente maior, de António Sérgio e da sua Obra nas décadas mais recentes. Em rigor, tal situação começou ainda durante a sua própria vida, tal como começaram as homenagens à sua actividade ensaística e cívica.

Contudo, não é necessário um trabalho muito longo para assinalar de forma ordenada as linhas de força da unidade que, em António Sérgio, formavam pensamento e acção. Ele próprio, e desde bem cedo, fez os possíveis para assinalar essas continuidades

e, mesmo que não aceitemos a sua auto-interpretação como inteiramente válida (há, de facto, motivos suficientes para discordarmos de alguns aspectos dela, sobretudo em matérias filosóficas e científicas), não faltam já estudos bem diversos que atestam em favor de uma unidade merecedora de reconhecimento. Este volume da colecção «O Essencial sobre...» é um pequeno contributo nesse sentido.

Tomando em atenção a forma ensaística que Sérgio privilegiou para se exprimir, parece-nos pouco conveniente tentar acomodar toda a diversidade da sua produção escrita, a que haveria ainda que somar a sua actividade política, ou, como preferimos dizer, cívica, num só todo, unitário e sem descontinuidades. Optamos, assim, por dar conta do essencial dessa unidade de pensamento e acção através de uma biografia desdobrada em planos que, mais do que se suceder, se sobrepuseram. A biografia propriamente dita, mais do que ser um plano específico entre outros, será a soma de todos, num todo maior que as partes que o constituem.

Uma primeira abordagem, assaz convencional, é de tipo enciclopédico. A vida e as obras que Sérgio viveu e deixou formam a porta de entrada naquilo que de essencial dele hoje podemos reter. Essa con-

tinuidade, a única que subjaz a todas as discrepâncias teóricas e práticas do que fez, é como que naturalmente a introdução a tudo o resto.

Na senda do muito que já foi escrito sobre Sérgio, parece-nos apropriado dar conta na sua obra, em primeiro lugar, dos aspectos filosófico e científico. A relação entre os dois não é acidental, antes essencial: desde cedo a ambição modernizadora de Sérgio verteu-se sobre a sociedade portuguesa na forma de um discurso entusiasta da ciência europeia moderna, mas não de uma forma tecnocrática, antes sim de matriz filosófica. Em si mesmo isto não é de estranhar, atendendo à ligação umbilical que, na modernidade, filosofia e ciência mantiveram. Todavia, no meio cultural que Sérgio conheceu era uma relativa originalidade, que ele denodadamente explorou. Cumpre perceber qual foi, ou quais foram «a(s) filosofia(s) de Sérgio» para perceber que modernização técnico-científica ele pretendia para Portugal.

Esclarecidas estas opções metodológicas — ideológicas, até, se se quiser —, podemos acompanhar outro dos seus percursos, simultâneo com o anterior mas que logicamente lhe é posterior ou subordinado. A visão sergiana da História (de Portugal e da Europa) e as suas propostas de transformação social

de tipo cooperativo (um privilégio à Economia igualmente invulgar no seu tempo, e até há bem pouco) evoluíram ao longo do tempo, mas nem por isso foram parciais ou contraditórias em demasia. Fruto, mais ainda que as suas teses filosófico-científicas, de uma gestação polémica, num espaço público marcado por confrontações muitas vezes personalizadas, o pensamento de Sérgio sobre a História reflecte muitos dos seus princípios teóricos, ainda que apenas aproximadamente. De igual modo, as suas propostas de reforma da organização económica, logo social, de Portugal exprimiam politicamente a sua visão da modernidade e do que o futuro deveria ser para um Portugal europeu (ainda que, como já foi observado várias vezes, Sérgio e a sua geração, apesar de demoliberais, nunca deixaram de conceber as colónias como parte de Portugal).

Tudo isto nos conduz aos aspectos mais conhecidos e polémicos do homem público António Sérgio: a sua acção política e o seu empenhamento cívico. São dois aspectos verdadeiramente indiscerníveis, mas cremos ser indicado distingui-los ao menos analiticamente: por «acção política» referimo-nos ao seu envolvimento na vida política da I República (tendo sido mesmo, por breve período, ministro da Educa-

ção) e do Estado Novo, do qual sempre foi opositor (e, durante algum tempo, exilado); por «empenhamento cívico» referimo-nos ao papel capital que o tema da educação teve na sua Obra (filosófica, científica, histórica, económica e política), articulando os seus aspectos mais teóricos ou especulativos com o seu envolvimento pessoal em causas comuns, desde os constantes apelos à juventude (constante em polémicas literárias, ideológicas, históricas, etc.) até à sua acção política, no sentido mais amplo e nobre do termo. Tal como os vários planos anteriores, também aqui há toda uma vida, com as suas próprias complexidades, incertezas e surpresas.

Não sendo possível dar conta de tudo o que Sérgio foi e fez, terminamos este *Essencial* com um esboço de conclusão dedicado à sua fortuna crítica póstuma e com indicações de leitura para lá das que efectivamente citamos ao longo do texto. A posteridade de Sérgio, pese embora o apagamento do seu autor desde a sua morte (salvo do esquecimento por várias teses académicas, diga-se), recomenda que em *O Essencial sobre António Sérgio* se inclua o essencial do que sobre ele se escreveu.

Ajuda, Janeiro de 2008.

1

VIDA E OBRAS

António Sérgio de Sousa Júnior nasceu a 3 de Setembro de 1883 em Damão. Manteve sempre alguma reserva tanto sobre esta origem indiana (por parte de sua mãe) como sobre a sua ascendência nobiliárquica (visconde, título concedido por D. Luís a seu avô, o almirante Sérgio de Sousa, ajudante-de-campo do rei e governador-geral do Estado da Índia). Certo é que, oriundo de uma família fidalga do liberalismo, seguiu o rumo familiar, pois também seu pai era vice-almirante e governador do distrito de Damão, bem como membro do Conselho do rei D. Carlos. Assim, Sérgio começou por fazer carreira na marinha, ainda durante a Monarquia. Tinha voltado a Lisboa, com a família, apenas com 2 meses de idade. Mas logo aos 6 anos acompanha o pai para Angola, quando este se torna governador do distrito

do Congo. Até que, em 1894, ingressa no Real Colégio Militar.

Começará aí, de forma discreta, dada a insignificância pública do caso, a sua longa história de desvios à norma, ao recusar, aos 16 anos, ser apresentado à família real. Não obstante, nesses dias de imaturidade seguiu a carreira naval e aos 18 anos entra ao serviço da Armada: aspirante da Marinha, tendo iniciado então o curso de marinha na Escola Naval, que concluirá em 1904. Parte então para Macau (1905), viaja até Newcastle, brevemente (1906), e, de imediato, é colocado na Estação Naval de Cabo Verde (até 1907), sendo aí promovido a segundo-tenente.

Esta carreira estável mas modesta conformava-se com a tradição familiar de um nome considerado mas sem grandes posses. Até que, em 1910, tudo começa a mudar. Em Junho casa com Luísa Epifânio da Silva, filha do proprietário da Imprensa do Anuário Comercial, onde Sérgio imprimira já as suas duas primeiras obras. Nesse mesmo ano visita Paris pela primeira vez e, a 6 de Outubro, a proclamação da República e o suicídio do seu grande amigo, o monárquico Frederico Pinho Chagas (filho de Manuel Pinheiro Chagas), Sérgio é detido e requer licença

ilimitada. Obtém-na a 8 de Novembro e, mais tarde, a 24 de Maio de 1915, requer a sua exoneração, deferida em dois dias. A causa para o afastamento, no imediato, parece ter sido o desgosto com a morte de seu amigo e problemas (indeterminados) de saúde. No entanto, já então um autor publicado, Sérgio pretendia lograr sem grande demora um efectivo trabalho doutrinário incompatível com a vida na Marinha e a disciplina a esta associada. Em 1908 havia publicado *Rimas* (poesia, que continuaria a escrever com o pseudónimo Álvaro de Clarival) e em 1909 *Notas sobre os «Sonetos» e as «Tendências Gerais da Filosofia» de Antero de Quental* (textos ainda sem verdadeira unidade). A sua colaboração na imprensa, generalista ou especializada, durante a monarquia terá sido, quanto muito, discreta. O acontecimento republicano, verdadeira refundação de Portugal, claramente fê-lo tomar uma decisão quanto à sua vida que até aí permanecera cerceada pela tradição familiar. Doravante, é como pedagogo que pretende ser reconhecido.

Durante 1911 é já director da revista *Serões* (desde Janeiro desse ano até Dezembro, quando a publicação encerra). Nesse mesmo ano relaciona-se com os seus mais relevantes companheiros de jor-

nada, Raul Proença e Jaime Cortesão, colabora em *A Águia* e junta-se ao movimento, então nascente, Renascença Portuguesa (do qual chega a ser tesoureiro do comité de Lisboa). A partir de 1912, e durante longo período, passa a trabalhar numa grande empresa editorial (Kellog), partindo nesse mesmo ano para Londres e, ainda em 1912 e até 1914, para o Rio de Janeiro. Voltará então a Portugal, depois de breves passagens por Nice (motivos de saúde) e Genebra (procurando inteirar-se de novos métodos pedagógicos). O retorno, em final de 1914, é marcado pela ruptura com o grupo da Renascença Portuguesa, aliás já prefigurada em 1913, pouco depois de chegar ao Brasil, quando publicara em *A Águia* o escrito polémico (ainda que amigável, dirigido a Jaime Cortesão) «Variações do amigo banana, amador de estudos históricos, sobre Inquisição e Humanismo; divulgadas para entretém dos ociosos por um seu familiar indiscreto e também amador dos ditos estudos». Agora, em 1914, é directamente com o mentor do grupo, Teixeira de Pascoaes, que Sérgio polemiza, e de modo bem mais agreste, até um esfriar de relações que nunca mais se recompuseram. Pascoaes havia discutido com Proença a posição da Renascença Portuguesa quanto à questão europeia,

isto é, que Europa e que modernidade interessavam ao grupo, afirmando então que se deveria manter uma intransigência completa perante quaisquer influências religiosas e estéticas, de modo a manter uma pureza identitária marcada pela «saudade», um sentimento que seria supostamente específico dos portugueses (cf. Samuel, 1990: 182-187). Esta discussão interna entre Sérgio e seus companheiros da Renascença Portuguesa será, pois é a mesma polémica, no fundo, envolvendo Cortesão e Pascoaes, que se estende por vários anos, apenas a primeira das polémicas que irão ficar, para sempre, associadas ao sergianoismo.

Não há como subestimar esta relevância do polemismo, em especial atendendo ao facto de a história literária (em grande medida sinónima de história da cultura) portuguesa ser feita de polémicas. É de bom tom louvar a Sérgio o espírito combativo ou censurar-lhe o «caprichismo» (António José Saraiva), mas seria bem mais acertado observar como esse traço, que cultivou com particular cuidado, era antes de mais um modo de acção no espaço público e, em particular, no campo literário do Portugal de então. A influência que Sérgio obteve não se deve a ter recorrido ao polemismo, mas ao seu sucesso

público nas polémicas em que se envolveu (não significando isto, como é óbvio, que tivesse sempre razão). Ou seja: filho do seu tempo, Sérgio vingou, sem necessitar de se acolher a nenhum círculo preexistente, fruto da sua capacidade de criar (ainda que precariamente) os seus próprios circuitos. Os quais, como é normal, ainda hoje, na sociedade portuguesa, conjugavam meios literários, políticos, mediáticos, entre outros. Para tanto foi discutindo com Cortesão e Pascoaes na década de 1910 em torno de matérias de identidade nacional, como já referimos; com António Sardinha e outros próximos do Integralismo Lusitano na década de 1920, a respeito da interpretação da História de Portugal, e com Cabral de Moncada a respeito do pensamento político português; com Adolfo Casais Monteiro e João Gaspar Simões, do grupo literário «presença» na década de 1930, e, nessa mesma década, com Abel Salazar sobre ciência e com Leonardo Coimbra sobre educação. Acima de tudo, discutiu com a jovem geração que gradualmente se apoderava da *Seara Nova* a partir da década de 1930, e que o atacava aí e noutras publicações que hoje catalogamos genericamente como neo-realistas (*Sol*, *O Diabo*): foi sempre no concurso pela influência sobre a juventude (preocupação pedagógica já

patente nas discussões na Renascença Portuguesa e nunca abandonada) que se confrontou com os comunistas, mesmo nas empresas em que momentaneamente se aliou a eles (como em campanhas eleitorais), sendo as polémicas mais relevantes as que manteve na década de 1940 (com Bento de Jesus Caraça) e 1950 (com António José Saraiva). Depois da década de 1950, a sua actividade diminui e igualmente a sua influência. Mas cumpre salientar que mesmo nas décadas da sua maior capacidade de intervenção Sérgio foi, além de polemista, um aglutinador de esforços, bem na linha do pedagogismo que propunha: esteve na criação da Renascença Portuguesa, da *Seara Nova*, do movimento dos *Homens Livres* (cujas revista unia inclusivamente integralistas e anarquistas, o que em muito explica a sua vida breve de apenas dois números pouco antes da queda da I República), do grupo de exilados parisienses conhecido como «Liga de Paris», da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, bem como de muitos círculos informais nos quais se cruzaram tantos dos mais influentes oposicionistas portugueses ao Estado Novo e que contribuíram para numerosas campanhas (eleitorais e não só) de oposição ao salazarismo. Nada disto se opõe ao polemismo, a liga-

ção entre as duas facetas é mesmo umbilical. Focar o polemista é não perceber nem o homem nem a obra. E ignorar o tempo e o país em que viveu.

Mas já nos adiantámos em demasia. Após romper com a Renascença Portuguesa, e fracassada a experiência de Sidónio Pais (na qual viu uma oportunidade para empreender reformas no ensino, sendo então director da revista *Pela Grei*), Sérgio regressou ao Brasil, ainda e sempre trabalhando no mundo editorial. Publica então (em 1920) o primeiro volume dos seus célebres *Ensaio*s, que viriam a totalizar oito volumes até 1954 e nos quais recolheu muitos dos seus escritos mais relevantes, sem que, com isso, tenha obtido uma qualquer fixação dos textos ou sistematicidade, aliás contrárias à natureza não erudita e experimental que lhes atribuía. Pode ser estranho o defensor da técnica moderna resistir desta forma a uma organização metódica do seu trabalho, mas esse género de problemas merece ser visto com mais cuidado, pelo que a ele voltaremos no próximo capítulo. Em todo o caso, Raul Proença desafiou-o a voltar para Portugal e tentar concretizar os ideais que presidiam aos seus ensaios, desafio ao qual Sérgio estava mais do que receptivo. Assim, e após nova temporada de repouso na Suíça, em 1922 retorna a

muito do seu pensamento futuro, desde logo por o fazer viajar e trabalhar na Europa e no Brasil; 3) O seu envolvimento na política da fase final da I República não significou uma qualquer mudança de atitude mas uma tentativa (meio impensada) de reformar o país por via cívica e legislativa. Tudo isto foi feito, como dissemos, do modo habitual à época, em polémicas, em grupos, em posições marcadas pelo tempo histórico português (e europeu) da crise dos regimes demoliberais de entre-as-Guerras. Nada disto era suficiente para o recomendar ao novo poder instalado no 28 de Maio e, ao contrário de outros membros do grupo da *Seara* que vieram a pactuar com Salazar para promover algumas reformas técnicas (opções legítimas, aliás, como a das barragens lançadas por Ezequiel de Campos, seareiro conhecido anteriormente como «inexequível de Campos»...), Sérgio empenhou-se de imediato na oposição ao golpe militar de 1926. Tal como muitos outros, aliás, parece ter acreditado tratar-se apenas de mais uma aventura momentânea dos militares. Quando a situação do país conduziu a um pedido de empréstimo internacional, peticionou pelos seareiros às embaixadas estrangeiras contra esse apoio e, em Fevereiro de 1927, participa (com Proença, Cortesão e outros seareiros, de

resto) na «revolta dos Fifis», tentativa de rebelião falhada que conduziu a numerosos exílios (e não só entre seareiros, veja-se por exemplo o caso de Fidelino de Figueiredo).

Esta década de 1920 realiza assim uma junção de tópicos intelectuais e biográficos de Sérgio, ainda que de forma amarga. Empenhado na revisão da História de Portugal, envolve-se nela quer como poder quer como oposição; polemicando sobre «estrangeirados» (no século XVIII), torna-se um deles, sem contudo poder cumprir o seu projecto de formar-se no exterior para regressar à pátria e fazer progredir as instituições. Com efeito, a sua partida para Paris é precária e o próprio a descreveu como vivida a «pão e mel», subsistindo como tradutor (de vários textos filosóficos que lhe eram cometidos por Joaquim de Carvalho, então à frente das edições da Universidade de Coimbra), colaborador da *Seara* (onde ensaiava ideias que viriam a ser reunidas nos volumes de *Ensaios*) e tradutor para cinema. Continuava, sobretudo, a fazer oposição, associando-se à Liga de Defesa da República liderada por Álvaro de Castro, Afonso Costa (símbolo da política que sempre criticara) e Jaime Cortesão. Escreveu vários textos mas o desafecto pelos «velhos republicanos» foi mais

forte. Não surpreende, pese embora numerosas polémicas, a sua geração era a de Pascoaes, Sardinha e Pessoa, a dos jovens que verdadeiramente só se haviam tornado influentes já durante a I República (sobre isto ver o nosso trabalho, Leone, 2005, vol. II, em especial parte I). Assim, voltou do exílio em 1933 e, exceptuando um breve em Espanha (durante 1935), aqui permaneceu.

Vivendo de lições particulares, do que escrevia e de outras actividades editoriais, Sérgio empenhar-se-á até ao fim da sua vida pública, no final da década de 1950, em fazer oposição ao Estado Novo e a competir, para isso, com os comunistas na busca de influência sobre os mais jovens. Teve razoável sucesso nisto, e muito menos naquilo. O que lhe valeu uma contestação generalizada, da Situação por ser democrata, da Oposição comunista por ser social-democrata. Esta situação melhorou um pouco depois de 1945, com a tentativa do regime em aparentar liberalização e a aposta comunista em via eleitoral, permitindo a Sérgio exercer a sua influência pessoal em numerosos contactos com círculos não-comunistas da Oposição. Do mesmo modo, procurou apoio junto das potências ocidentais tolerantes com Salazar e buscou entre os membros do regime (em especial

militares) possíveis agentes de uma reviravolta interna. Associou-se a Henrique Galvão e através dele chegou a outros cadetes do 28 de Maio desavindos com a imobilidade salazarista: apoiou a candidatura presidencial de Quintão Meireles em 1951, e, fundando em 1953 a Comissão Promotora do Voto, reincidiu em 1958 nas presidenciais ao lançar a candidatura de Humberto Delgado contra os comunistas que a ela tiveram de se resignar. Esperaria ganhar eleições? Ou apenas dividir o adversário? Pouco importa, pois a prisão por três dias em 1958 (junto com outros democratas de propecta idade, contestatários da proibição de Salazar à entrada em Portugal do trabalhista Aneurin Bevan), a desilusão com o falhanço do golpe militar de 11 de Março de 1959 e a morte de sua mulher no início de 1960 retiraram-lhe o ânimo até aí persistente. Ainda escreveu e publicou, mas muito pouco, progressivamente retido em casa até à sua morte em 1969, quando já se organizava um número especial (célebre, como veremos) da revista *O Tempo e o Modo* em sua homenagem. Como é costume em Portugal, a aceitação quase unânime veio postumamente, com o sucesso editorial da sua *Breve Interpretação da História de Portugal*, surgida apenas em 1972, altura em que se iniciou também uma re-

edição dos seus ensaios em que participaram (com intenções de exegese crítica pouco sucedidas) nomes grandes da cultura portuguesa. Hoje, ainda se publica a *Seara Nova*, na qual decerto se não reveria. Hoje o movimento cooperativo ainda existe, e guarda o seu nome (no Instituto António Sérgio, em Lisboa). Mas, interessando apenas aos estudiosos da cultura portuguesa contemporânea, o seu pensamento económico (e acção, fundando em 1955 a UNICOOPE — União das Cooperativas Abastecedoras de Lisboa) e a sua visão da História terão de ser vistos aqui apenas depois de um esclarecimento sobre os seus pressupostos filosóficos e científicos.

FONTES

- CARDIA, Mário Sottomayor, «O pensamento filosófico do jovem Sérgio», in *Cultura — História e Filosofia*, vol. 1, INIC, 1982.
- LEONE, Carlos, *Portugal Extemporâneo*, 2 vols., INCM, Lisboa, 2005.
- SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa — Um Perfil Documental*, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1990.

FILOSOFIA E CIÊNCIA

António Sérgio integra-se na tradição filosófica portuguesa de forma periclitante: tanto pelo seu ensaísmo, que dificulta a sistematização de um pensamento que lhe seja atribuível, como pela influência que exerceu sobre autores tão díspares como Sílvio Lima ou Sottomayor Cardia, o sergianismo filosófico é quase tão compósito como os interesses daqueles que lhe dedicam atenção. Aqui, tentaremos articular a sua reflexão filosófica com a sua ambição de uma ciência e técnica modernas para modernizar Portugal, uma vez que essa modernização se lhe afigurava como necessariamente dependente de uma ética que, em última análise, era o objecto próprio da sua filosofia. Não espanta, portanto, que alguns dos seus leitores mais atentos tenham detectado uma fusão de planos diferentes, o da moral e o do intelectual — com

predomínio daquele, daí o alegado «dogmatismo» que lhe será atribuído por Eduardo Lourenço.

Mas comecemos por considerar a formação intelectual de Sérgio, estudada de forma exemplar há já um quarto de século por Mário Sottomayor Cardia em «O pensamento filosófico do jovem Sérgio». Como já referimos no primeiro capítulo, Sérgio publicara logo em 1909 um volume dedicado a Antero de Quental (*Notas sobre os «Sonetos» e as «Tendências Gerais da Filosofia» de Antero de Quental*), trabalho esse que, pese a falta de unidade das «notas», reflecte questões filosóficas mais fundas que a estrita exegese anteriana. Com efeito, observa Cardia que «Sérgio situa-se na reacção ao cientismo naturalista» (p. 421). Isto é algo que Sérgio tem em comum com outros da sua geração, como o sempre muito próximo (mas então ainda desconhecido) Raul Proença: a reacção ao positivismo português do século XIX, tanto nos seus pressupostos teóricos de filosofia positiva sistemática como no seu método biologista e naturalista (e não sociológico ou histórico). Assim, como Cardia salienta (p. 425), Sérgio objecta à própria terminologia biologista e naturalista (Antero visto como «degenerado superior») e suas consequências involuntárias (a metafísica inconsciente

da medicina positivista, cf. Cardia p. 426). Mas, acima de tudo, o que move o jovem António Sérgio é a oposição ao positivismo naturalista; em nome de quê? De um espírito positivo, como seu sempre foi, mas de feição sociológica, ou, como ele preferiria, pedagógica. Deste modo, Antero não é visto como um caso clínico mas sim como autor de uma obra literária unificada por sentimentos morais (como Cardia assinala na p. 427, logo em 1910 encontra-se em *Serões* uma crítica não assinada, mas decerto sergiana, à tese de licenciatura de Jaime Cortesão, de teor similar às suas *Notas*, crítica em que retoma estes argumentos apoiando-se no pensamento de Cortesão, ele próprio médico). Desta oposição ao positivismo do século XIX desenvolve-se uma filosofia, de cariz epistemológico, que irá acompanhar Sérgio toda a sua vida. E não sem sobressaltos, como Cardia salienta: «A temática da ciência e da consciência acompanhará o pensamento de Sérgio até à sua última fase. Contrariamente ao que costuma afirmar-se, a continuidade dessa temática concretiza-se através de uma significativa diversidade de posições teóricas ao longo do tempo. Entre a gnoseologia e a filosofia de consciência de Sérgio na juventude e as concepções que nesse domínio virá a expor na maturidade ou na

velhice não há de facto continuidade mas fundamentalmente mudança.» (P. 428.) Cardia defende (pp. 434/435), no que até hoje tem sido aceite, que as concepções empiristas ou fenomenistas do jovem Sérgio apenas na década de 1920 se foram esbatendo, progressivamente, evoluindo para um idealismo crítico, de tipo neokantista (António Braz Teixeira). Cardia vê (p. 448) na evolução do jovem Sérgio uma influência decisiva, a do hoje quase esquecido Alfred Fouillée (1838-1912), que documentada foi muitíssimo lido pela intelectualidade portuguesa do primeiro quartel do século xx. Todavia, a extrema difusão das suas ideias era, em si mesma, um problema para o jovem Sérgio em busca de um caminho próprio, o que leva Cardia a observar, certamente: «Compreende-se que Sérgio pretendesse ter sido discípulo de Platão, de Descartes, de Espinosa, de Kant ou de Fichte e desprezasse o facto de ter principiado ou passado por um Fouillée. Tanto mais que, na linguagem daqueles, podia reclamar-se de uma sintonia intelectual com a corrente do idealismo científico físico-matemático, enormemente prestigiada ao tempo, o que não era possível pretender sob a égide de um pensador inclinado a valorizar a esfera biológica e psicobiológica.» (P. 452.) Acrescentemos: além do

prestígio do idealismo científico de tipo formal, a própria afirmação da técnica moderna, sua criação, na vida quotidiana europeia constituía estímulo suficiente para, aos olhos de um aspirante a reformador como era Sérgio, se encaminhar num sentido alternativo ao dominante e associar a sua ambição modernizadora a uma visão filosófica do mundo menos conhecida em Portugal. Isto é tanto mais certo quanto Cardia nota pouco depois (pp. 454-463, referentes à ética no pensamento do jovem Sérgio) a declarada relevância de Guyau, então autor muito influente e do qual Sérgio faz uso abundante e significativo contra o naturalismo (refira-se que a influência de Guyau demorou a desaparecer, pois ainda na década de 1930 a vemos bem presentes na Obra de Sílvio Lima, sem surpresa um dos mais consequentes sergianos).

Mais de duas décadas depois deste texto de Cardia ser publicado, o seu autor apresentou «António Sérgio ou o mentalismo relacional», visão integrada da filosofia de Sérgio, em que afirma que a obra sergiana é «um invulgar monumento de pensamento sistemático exposto em escrita discursiva» (*Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, vol. II, p. 284). Sem nos sentirmos levados a concordar,

ainda assim é razoável a tese de Cardia (cf. p. 285) segundo a qual a sua má fortuna crítica, em especial postumamente, se deveu a «excesso de talento literário». Com efeito, não é hipótese despicienda e muito difícil se torna destrinçar na sua prosa o argumento formal da forma do argumento. Na actualidade, o estado da arte nesse estudo é o ensaio de António Pedro Mesquita «Aspectos do ideário sergiano em ontologia» (ver indicação bibliográfica no fim deste capítulo). Se tentarmos por nossa vez sistematizar os dados principais da filosofia de Sérgio, poderemos dizer que:

- 1) A sensibilidade empírica resulta da dinâmica da actividade mental, pois sem actividade mental a própria unidade da percepção sensível nunca chegaria a formar-se e sem que essa actividade mental se revelasse dinâmica nunca a percepção poderia dar conta dos diversos estímulos que a compõem;
- 2) O conhecimento que temos do mundo exterior e, por maioria de razão, do próprio domínio da consciência é uma construção ou representação mental, isto é, todo o

conhecimento é actividade mental, ainda que nem toda essa actividade seja consciente ao sujeito;

- 3) É pela espontaneidade da actividade mental, aglutinadora dos estímulos sensíveis e construindo sobre eles uma consciência individual que se geram os conceitos, noções que subsumem realidades diversas mas possuidoras de afinidades; tal espontaneidade processa-se, segundo Sérgio, pela comparação e não por qualquer método científico (abstracção, generalização, etc.) preestabelecido;
- 4) Desta realidade mental construída espontaneamente por comparação procede a ciência, momento posterior, e mesmo tardio, do esforço consciente da Humanidade para dar conta do mundo e de si, nele.

O que persiste como elemento susceptível de captar a atenção e, porque não dizê-lo, a imaginação de leitores de hoje não é tanto os problemas ou os termos de cada tese e/ou discussão, mas o ânimo que as move. A eticidade dos ensaios, digamos.

Será desta preocupação ética, patente na recusa do positivismo naturalista e na orientação como que teleológica do seu próprio pensamento filosófico ainda incipiente em direcção a questões morais, que se fará muita da política sergiana. Logicamente, a mediação filosófica fez-se de uma forma bem definida à época, o neokantismo. Como já anotámos, esta tese foi recentemente defendida por António Braz Teixeira (*Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, vol. 1, pp. 15-30), cuja lição seguimos, e o próprio Sérgio o reconhece logo no volume 1 dos seus *Ensaio*s (prefácio da 2.^a edição, Coimbra, 1949). Isto significa uma crença na existência do mundo físico e a redução do idealismo (doutrina espiritualista por excelência) à capacidade espontânea da actividade mental humana para criar, tanto a organizar as percepções do exterior como a relacionar conceitos. Esta faculdade mental é a própria unidade da consciência, pois a razão é assim por definição especulativa e espiritual e prática.

Daqui ser evidente para todos o carácter não-egoísta do individualismo sergiano. Movido por preocupações éticas, e vinculado a uma epistemologia neokantiana muito influente na ciência do seu tempo, o individualismo ético de Sérgio alicerça-se no

carácter de «uno unificante» que a razão, enquanto espírito universal, possui: ela é una, no sentido em que todos os sujeitos racionais a partilham; ela unifica, pois confere, mediante sucessivas operações (espontâneas e não determináveis aprioristicamente), uma consciência humana à experiência, sem nunca se encerrar no já sabido e no já determinado, antes permanecendo sempre na expectativa de novas sínteses e novos horizontes de sentido. Há por tudo isto um nexó entre três aspectos da sua reflexão filosófica: a epistemologia; a teoria do real (físis); a concepção do «uno-unificante».

Em primeiro lugar, a epistemologia sergiana foi importante na história do pensamento filosófico português como momento do maior significado da recepção entre nós do pensamento crítico kantiano tal como na altura este ainda era valorizado um pouco por toda a Europa (isto é, com a atenção centrada na primeira e segunda Críticas de Kant, desvalorizando-se a terceira). Tal como veremos ao comentar o pensamento político de Sérgio, também a sua reflexão metodológica ou metafísica se destaca das demais pelo cuidado posto numa leitura consequente de Kant e das implicações lógicas e empíricas do idealismo transcendental. Embora a sua influência na uni-

versidade portuguesa tenha sido diminuta, pelo menos de forma directa, o ensaísmo de Sérgio logrou de facto um trabalho dedicado a problemas de teoria da ciência e do conhecimento de dimensão invulgar na filosofia em Portugal. Ciente disso, o próprio Sérgio numerosas vezes se encarregou de estabelecer aquela que considerava ser a «sua» tradição filosófica, no duplo sentido de ser aquela que valorizava mais e, sem surpresa, aquela em que se integrava. Aparentemente pouco coerente (Descartes, Espinosa, Kant, Fichte, apenas para nomear os principais), e mesmo com um âmbito temporal bastante maleável (por diversas ocasiões incluiu nesta «linhagem» também Platão), este diálogo com a tradição filosófica ocidental caracteriza-se em todo o caso pela intenção de privilegiar sempre os autores que, a cada época histórica, mais se notabilizaram na teoria do conhecimento. É necessário lembrarmo-nos, no entanto, que, apesar da sua preocupação filosófica, Sérgio sempre se definiu como um pedagogo, pelo que esta dimensão do seu pensamento necessita ser integrada na sua auto-atribuída vocação para ser justamente ponderada.

Isso mesmo se aplica, e por maioria de razão, à sua concepção da físis. Entendia-a, apesar do recurso

ao termo grego que nomeia a natureza sensível, como um todo, incluindo a actividade mental (espiritual), desse modo cravejando o seu aparentemente estrito idealismo com um conjunto de dados sensíveis irrecusáveis e que, assim, formariam uma continuidade natural. A fisis como devir constante, iniludível enquanto tal mas, precisamente por isso, de apreensão árdua como realidade própria, é um nó górdio da reflexão filosófica sergiana. Em rigor, é uma teoria do conhecimento fundamental, dos processos naturais do conhecimento, destinada a competir com as explicações naturalistas do processo cognitivo que Sérgio contestava à geração positivista do século XIX. Contudo, as suas implicações não se limitam à teoria do conhecimento, pois, ao menos indirectamente, a fisis é uma autêntica «visão do mundo», em termos pré-sociais, metafísicos e estéticos, mas com inevitável influência na existência social, enquanto condição de possibilidade da própria vida inteligente, especificamente humana.

Nesta concepção articulada de vida mental (epistemologia) e vida natural e humana (fisis em sentido sergiano) sobressai a sua concepção de «uno-unificante» enquanto definição da racionalidade humana. A razão humana, ao ser especulativa, tem por âm-

bito a inteligibilidade (universal, ao menos potencialmente). Mas, sendo igualmente criadora, a racionalidade é também espiritual e prática (estamos plenamente no horizonte teórico do neokantismo). A acção não é separável da sua engrenagem cognitiva formal, nem a ética da acção se pode dissociar da capacidade criativa e organizativa espontânea na racionalidade no que esta tem de mais prático. Pensador e homem público de constante empenhamento cívico, o nosso autor acaba, assim, por colocar no centro da sua noção de razão um elemento voluntarista que, embora sendo aceitável na sua lógica interna e na sua finalidade social e política, constituiu desde cedo um problema filosófico: Sérgio resiste a considerar, sequer, as outras grandes correntes da filosofia do seu tempo (bergsonismo, neopositivismo, existencialismo...), fundando essa recusa na parcialidade desses sistemas face à completude daquele que perfilhava. De certo modo, aqui seria de considerar a questão marxista, pois a leitura de Sérgio a contrapelo, desenvolvida com particular relevo por Vasco Magalhães-Vilhena, explora essa recusa e serve-se dela para aproximar Sérgio de uma filosofia sua coetânea com idênticas ambições de «pacificação» das disputas típicas da tradição filosófica — o marxismo. Bem

entendido, em termos epistemológicos a questão nem sequer se põe: Sérgio, ao valorizar a noção de eu originário sobre a de eu empírico, subordinando o segundo ao primeiro, institui de forma definitiva e notória uma feição metafísica na sua noção de razão que nenhuma dialéctica materialista pode sequer considerar. Assim, o eu empírico é a autoconsciência que temos por oposição aos dados da percepção, logicamente dependente de um eu originário anterior mesmo à distinção empírica entre sujeito e objecto e que serve de substrato à actividade do eu empírico. O esforço do trabalho científico e da acção moral consiste em muito numa superação (num sentido mais hegeliano do que o próprio Sérgio talvez estivesse disposto a admitir) das determinações empíricas da consciência, visando a unidade (própria da fisis) de indivíduo e mundo. Processo de autodescoberta, em que a actividade racional perspectiva o espírito na sua forma mais impessoal, universal, o seu significado ético é decisivo. Com efeito, e numa linha de pensamento que realmente pode ser traçada a partir de Platão, é esta acepção ética que fundamenta a crítica social (moral) de Sérgio e que culmina toda a sua argumentação de natureza científica e pedagógica.

Dinâmica e unificante por natureza, a razão é assim para Sérgio o universal no particular, a presença do impessoal abstracto e puro em cada indivíduo. Em certo sentido, isto reduz Deus a uma ideia da consciência, o que é problemático mas acessório (nem a fé religiosa nem a teologia tomaram muito tempo a Sérgio). No essencial, Sérgio definiu-se como um imanentista, isto é, defendia que seria no interior da consciência humana que se poderia encontrar toda e qualquer ideia e respectivo significado, pelo que «Deus» fica subsumido nessa posição de princípio. Ainda que a consequência lógica deste ponto, a saber, a identificação de Deus como uma ideia racional manifesta na propensão humana para a unidade e para o bem seja passível de ser considerada infundamentada, sem garante ontológico, essa será para sempre uma questão em aberto da exegese da sua Obra, não uma aporia da sua filosofia, cujos próprios pressupostos teóricos punham o problema fora do campo de reflexão.

Do mesmo modo, a defesa e propaganda da civilização técnico-científica da Europa moderna como modo de reformar Portugal e corrigir os seus males históricos radica nesta mundivisão filosófica, sem necessidade de maior fundamentação ontológica. Essa

defesa surge já bem clara na cisão interior à Renascença Portuguesa, entre o grupo de Lisboa, no qual pontificavam Proença e Sérgio, e o círculo portuense, dominado por Pascoaes e do qual Cortesão só mais tarde se afastaria em busca de efeitos mais relevantes de acção social. A técnica e a ciência como seu fundamento são as facetas da modernidade pelas quais Sérgio se bate por nelas perceber o potencial de transformação social positiva que contêm; meios de mudança, elas carecem de um pensamento (filosófico) e de uma pedagogia (cívica), mas não se restringem na sua aplicação quotidiana generalizada a opções políticas, o que leva a Sérgio a interessar-se pela possibilidade de reformas (que quase poderíamos qualificar como tecnocráticas) serem portadoras de efectiva regeneração dos males portugueses, económicos mas não só. Daqui à interpretação da História de Portugal e a propostas económicas concretas para o presente irá um passo, a ser dado com argumentos a ver no próximo capítulo. Neste ponto, retenhamos os pontos fundamentais do ideário de Sérgio sobre a ciência e a técnica.

O contexto histórico, e particularmente intelectual, em que Sérgio, no início do período republicano, defende o incremento dos meios e da cultura téc-

nica e científica na vida portuguesa é muito particular. Ferozmente nacionalista, não se aproxima sequer do carácter neutro e instrumental do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico. Publicamente marcado pela predominância de jornais partidarizados, não havendo um espaço natural para fazer semelhante apostolado, o Portugal dos primórdios da República é estranho ao apelo racional à ciência e à técnica, apesar de toda a influência positivista do século XIX, nomeadamente entre figuras influentes do novo regime, como Teófilo Braga ou Júlio de Matos. Acima de tudo, publicações como *Serões* e, por maioria de razão, *A Águia* faziam parte de um meio literário «neogarretista» ou, se se quiser, «tardo-romântico» cuja mentalidade era inclusivamente passível de ser caracterizada como antitécnica e, mais ainda, antimoderna. Em especial no mundo cultural do Porto — pense-se em Sampaio Bruno por exemplo — era frequente encontrar a defesa pública e apaixonada de uma doutrina de duplo progresso, diferenciando o progresso espiritual do material e desprezando este último (descrito como obsessão protestante do norte da Europa) para melhor estimar o primeiro (associado a uma espiritualidade própria dos povos do sul, ou mesmo dos por-

tugueses em particular, de um modo ora conservador ora revolucionário, ora católico ora neopagão). No caso de Bruno, a tese era revolucionária e encaixar-se-á bem com o neopaganismo de Pascoaes com o qual Sérgio (associando a sua posição à do opositor de Bruno, Antero) a discutirá. Bruno e os seus seguidores viam na expansão material da Inglaterra e da Europa central em geral, incontestável no século XIX, uma igualmente incontestável decadência moral (patenteada desde logo no Ultimato de 1890), assim invertendo a costumeira glorificação do progresso «liberal», reduzindo-o a uma decadência essencial. Haverá que considerar outras tradições intelectuais, que compreendem Sérgio e Antero, como Sérgio enfatizou, mas antes disso notemos a tese de Sérgio em 1914/1915.

A técnica europeia, própria da ciência moderna, é percebida por Sérgio (como era por Proença, aliás) como um contributo fundamental para a reforma das instituições e da vida social em Portugal precisamente por a posição de princípio quanto à vida social ser bem diversa da saudosista e neogarretista. Contrariamente a estes, Sérgio insiste na comunhão dos «dois progressos», como sucede, por exemplo, ao polemizar com Pascoaes: «Ora a minha tese é que o pro-

gresso moral de um povo está dependente do seu progresso económico.» (Citado de Samuel, 1990, p. 209.) Esta tese que vincula estado moral e progresso material prolonga-se numa outra, a da oscilação conjunta de ambas, tanto em sentido ascendente quanto descendente, como de imediato Sérgio defende, enfatizando que a cultura moderna vive mas também define consoante a sua capacidade económica se expande ou decresce e, com esta, ascende ou diminui a grandeza moral de cada povo. O caso concreto que apresenta é o da relação da prostituição feminina com a variação do preço do trigo — subindo este, aumenta aquela. Logo, a moralidade é uma categoria não científica, antes tributária do senso comum, cruzando elementos valorativos com outros técnicos (económicos). Aceitável, sem dúvida, mas se comparado com o que era o melhor do pensamento económico e social do seu tempo na Europa (pensemos em Max Weber), resulta um tanto incipiente. Por isso, e ao contrário do que sucede com um Weber ou um Simmel, é hoje quase inevitável reler tudo isto como algo datado, a própria linguagem utilizada e a sua organização metafórica (análogica) contrastam nitidamente com os termos em que actualmente discutimos opções económicas e mesmo culturais. Con-

tudo, é igualmente forçoso reconhecer que o tema em nada nos é estranho, ele é o essencial daquela que é, porventura, a mais longa e constante discussão identitária das classes pensantes e dirigentes de Portugal: a viabilidade do país. Entre os pessimistas, Sérgio era ainda assim menos radical que Oliveira Martins e acreditava na capacidade de reformas para reeuropeizar a cultura portuguesa, remodelar a vida social portuguesa.

Pois bem, sendo a técnica um instrumento, não tecnocrático porque pressupondo uma mundivisão filosófica (a qual, por seu turno, convoca uma política e uma pedagogia que veremos mais tarde), é também já patente que a defesa do valor do progresso material que a técnica e a ciência moderna permitem é uma expressão de uma polémica não apenas centrada no momento em que ocorre e, eventualmente, em projectos para o futuro, mas na qual se confrontam visões opostas da História de Portugal.

Uma, criticada por Sérgio, que a acusa de isolacionismo, associa a Inquisição, os jesuítas, Pina Manique, «rigoristas», «ouriquistas» e Castilho. Outra, na qual Sérgio se revê e a qual apresenta como modelo de cultura, funda-se no movimento humanista,

e inclui as obras de Verney, os pedreiros-livres, «franceses», Herculano e Antero.

Como iremos ver ao abordar a concepção de História de Sérgio, os silêncios aqui não são casuais (desde logo o relativo a Pombal). Mas o que diz sobre História e o que pretende para o futuro, expresso no seu pensamento económico, é já muito.

FONTES

MESQUITA, António Pedro, «Aspectos do ideário sergiano em ontologia», prefácio a António Sérgio, *Notas sobre Antero de Quental, Cartas de Problemática e Outros Textos Filosóficos*, INCM, Lisboa, 2001.

PRÍNCIPE, João, *Razão e Ciência em António Sérgio*, INCM, Lisboa, 2004.

HISTÓRIA E ECONOMIA

O pensamento histórico de Sérgio não é o de um especialista, antes o de alguém que ambiciona mudar a história. Um publicista, um pedagogo, um ensaísta, mesmo um político, mas certamente não um historiador. Desde o primeiro até ao último dos seus volumes de *Ensaio*s, Sérgio sempre explicitou claramente que era o presente que lhe interessava. Gostava de citar Goethe, segundo qual a História é um meio de nos livrarmos do passado e, desde muito cedo, insistia que no caso português havia mortos que era preciso matar, para os enterrar definitivamente (o «Portugal histórico», feito de tradições obsoletas — quando não fictícias — era um deles, como escreveu a Jaime Cortesão na polémica que com ele manteve sobre o saudosismo).

Isto não significa que Sérgio desprezasse a historiografia, pelo contrário. Abominava sim o legado

positivista de final do século XIX, feito de documentos que se tomavam pelo seu valor facial, sem interpretação nem consequências práticas (se tal imagem dessa historiografia é justa é outra questão). Contra este tipo de historiografia naturalista escreveu amiúde, contrapondo a essa História dogmática uma interpretação da História de tipo crítico, isto é, que duvidasse sistematicamente do saber constituído e procedesse a constantes revisões, sempre com o fito de se autocorrigir. O sucesso de tal empresa ver-se-ia pelos resultados, isto é, pela coerência interna das suas descobertas e pela relevância para a vida presente — e futura. Por tudo isto, que de seguida abordaremos, Sérgio tem na sua reflexão histórica o ponto nodal de todo o seu pensamento (se não também da sua acção) e, sem surpresa, é a sua interpretação da História de Portugal que justifica que prestemos atenção às suas ideias económicas, no final deste capítulo.

Um intérprete da História

Afirmando-se constantemente não como um historiador mas como um intérprete da História de Por-

tugal, o que Sérgio pretendeu foi desenredar-se da pesquisa exclusiva do passado (e do culto do passado e sua imposição ao presente e futuro, como se fosse fatalidade) e subordinar o conhecimento da História à alteração das realidades sociais em que os estudantes se encontrassem. Ou seja, a História não era um fim em si mesmo, nem sequer para o conhecimento, mas sim um instrumento de alteração do presente ao serviço de um futuro almejado em função de realidades actuais e práticas validadas pela experiência. Em rigor, e como notaram já vários dos seus intérpretes (ver por exemplo o texto de Norberto Ferreira da Cunha nas *Actas* do colóquio dedicado a Sérgio que temos vindo a citar, cf. p. 57), a António Sérgio era penoso falar-se da História como uma realidade definitivamente constituída, passível de ser narrada sem mais. A História, como todo o processo intelectual, era essencialmente uma interpretação que teria de ser bem fundamentada metodologicamente. Assim, mais do que a certeza quanto ao que afirmava, interessava-lhe a discussão (feita com método) dos factos e as consequências para a vida presente e futura dessa discussão. Ou seja: também a História era essencialmente polémica, e por isso não espanta a sua regular comparência nas polémicas de

Sérgio. Mas, como investigadores do período já observaram, as polémicas da época tendiam invariavelmente para uma discussão da História de Portugal — era o presente histórico do país que assim parecia exigir, diga-se (cf. Hermínio Martins, *Classe, Status e Poder*, ICS, Lisboa 1998; o autor é, aliás, um dos muitos que foram influenciados por Sérgio, como afirma na «Introdução»). Não depreciemos, portanto, as suas observações em sede histórica pela sua origem polémica, como já foi feito por quem, justamente, polemizou com Sérgio a título póstumo sobre uma questão histórica enfatizada por Sérgio (a dos «estrangeirados», que em 1973 Jorge Borges de Macedo desvalorizou no seu ensaio «Estrangeirados, um conceito a rever»; para uma apreciação mais vasta e muito bem argumentada da questão do polemismo em Sérgio em linha com a sua depreciação enquanto análise histórica, ver ainda, do mesmo autor, «Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A ideologia da razão (1912-1930)», in *Revista de História das Ideias*, FLUC, vol. 5, t. 1, 1983, pp. 471-531.

O primado da interpretação na análise histórica defendido por Sérgio não foi conveniência polémica. Foi, em muito, um dos traços mais filosóficos do seu

pensamento, estruturando o método de discussão de temas históricos não só do passado mas igualmente do presente — e do futuro. Daí falar-se habitualmente do pensamento histórico-social de Sérgio. Entre os dois planos, o da História (pretérita) e o da sociedade (actual), o elemento unificador é o futuro: o futuro que nos trouxe do passado até hoje, o futuro que deve justificar que, hoje, olhemos para o passado de modo a percebê-lo sem nos deixarmos dominar por ele. Talvez por isso seja nas suas páginas dedicadas à História de Portugal que António Sérgio ainda hoje mantém mais vitalidade e interesse: por muito que Portugal tenha mudado desde que as escreveu (e certos aspectos mudou, em algumas desses aspectos até mudou um pouco como ele pretendia), e por mais ainda que entretanto saibamos e torne datadas as suas posições relativamente a factos e personagens históricos, a sua perspectiva da História como necessariamente crítica e socialmente relevante garante, desde logo pela argumentação teórica que produziu em sua defesa, uma relevância apreciável.

Contra os lugares-comuns do seu tempo da História e do seu ensino, que reduzia a «espectros» (título de um seu ensaio capital, no volume 1 de *Ensaios*), Sérgio escreveu incessantemente: contra as

Descobertas vistas apologeticamente; contra o sebastianismo; contra o exclusivismo cultural (como no sebastianismo); contra aquilo a que chamou a «política de transporte» em detrimento da sua preferida «política de fixação» (em rigor, e como é lógico, defendia a conjugação das duas; mas a predominância da primeira parecia-lhe evidente na nossa História, pese embora injustiças óbvias ao argumentar nesse sentido, como ao reduzir a acção do marquês de Pombal a essa opção económica); contra o nacionalismo histórico em geral (a polémica do «seiscentismo»). Todos estes lugares comuns compunham a cultura demasiado histórica de Portugal, isolando-nos da Europa (e do mundo, em geral), cerceando as opções de cada um ao que Portugal (a nação, mas comumente o Estado...) predeterminavam. O que propunha Sérgio? Uma nova valorização do nosso passado, feita em função da nossa apreciação do presente. Isto é: se as nossas glórias passadas nos trouxeram até a um estado tão lamentável (a situação que gerara a I República e a evolução desta, relembre-se), então há que reapreciá-las e conceber novas interpretações do nosso passado que nos permitam compreender os males presentes. E assim, superá-los. A História ao serviço do futuro, portanto.

Sérgio ambiciona uma História que não é conservadora (preservando o passado sem o criticar e assim diminuindo o presente e o futuro) nem revolucionária (fazendo tábua rasa do passado em nome de projectos de engenharia social). Quer explicar o passado e para isso concebe-o como o caminho pelo qual chegámos até aqui. Esta explicação é por excelência pedagógica e política, aspectos do seu pensamento a que dedicaremos o próximo capítulo. Vamos aqui, antes de ver a ligação desta visão eminentemente prática da História à Economia, observar um aspecto metodológico, ou filosófico, da historiografia de Sérgio.

Se o seu ensaísmo interpretativo da História de Portugal pretendia fazer o público pensar, não doutrinando-o quanto a factos mas propondo à consideração de todos hipóteses testáveis diversas do saber já estabelecido, Sérgio tinha por mister dotar a sua argumentação de uma teoria que, mesmo não sendo da sua autoria, a validasse racionalmente. Isto, que se integra logicamente no seu racionalismo idealista (ver capítulo anterior), significou que o seu pensamento histórico se definiu pelas suas características filosóficas. Uma banalidade? Decerto, mas uma banalidade que muitos historiadores profissionais ignoram — ou se recusam sequer a conceber. Sér-

gio teve no entanto bem presente que os resultados da sua interpretação (as conclusões a que chegava e as suas possíveis implicações para presente e futuro) eram apenas produtos de um método. Assim, desde que o método crítico se revelasse profícuo, ao valorizar aspectos esquecidos que se provassem ser mais úteis na compreensão de Portugal do que as teses estabelecidas sobre factos ditos «centrais», pouco importaria que as conclusões específicas constantes dos seus ensaios fossem mantidas ou abandonadas. Formulava uma hipótese, via até onde ela conduzia sem perder o sentido; aí chegado, confrontava o resultado da exploração da hipótese com os dados anteriormente disponíveis, comparando os dois saberes para aferir qual lhe permitia melhor compreender um determinado problema histórico; e mesmo que a sua hipótese inicial se revelasse a mais útil, entendia que essa verificação era, por natureza, sempre provisória, passível de revisão futura. A experiência imediata, portanto, não lhe servia de critério; apenas a inutilidade prática (uma explicação mais complexa que as anteriores sem necessidade disso) ou a incoerência lógica podiam invalidar uma hipótese. Esta metodologia, segundo defendeu, era de origem científica, aplicável à História, sem por isso fazer desta

uma ciência como as naturais (as *Cartas de Proble-
mática*, já da década de 1950, são a palavra defini-
tiva de Sérgio nesta matéria, que discutia desde a
década de 1910). Isto porque, ao contrário das ciên-
cia naturais, em que não há questionamento possí-
vel às características naturais dos objectos de estu-
do (não se pergunta se o ferro «pode ter» a mesma
densidade atómica que a madeira), em História há que
não perder de vista que os documentos de qualquer
época e os testemunhos pessoais são sempre parte
daquilo que há a estudar, pelo que têm igualmente
de ser sujeitos a crítica. Ao contrário das ciências
naturais, em que as hipóteses permitem compreen-
der factos (a gravitação, por exemplo), em História
e nas ciências sociológicas em geral as hipóteses são
válidas por permitirem relacionar realidades, criarem
um sentido abrangendo múltiplas realidades empiri-
camente distintas.

A historiografia que emanou desta metodologia
sergiana procedeu desde logo do próprio Sérgio, co-
meçando de súbito na década de 1910 em ensaios
como «Interpretação não romântica do Sebastia-
nismo» e «A conquista de Ceuta» (ambos em *En-
saios*, t. 1, para não nos referirmos sempre a «Es-
pectros»). O que interessa nestes textos é o modo

como neles se contextualiza o que foi a modernidade portuguesa para Sérgio, e desse modo se enquadra o que, nela, coube à acção dos estrangeirados. Noutro lugar (Leone, 2005, vol. 2) já tive ocasião de sublinhar que a pertinência dos estrangeirados é maior como questão da cultura portuguesa contemporânea do que como questão da história da modernidade portuguesa. Contudo, se do ponto de vista da análise da obra de Sérgio e da cultura contemporânea é legítimo e útil diferenciar as duas coisas, num estudo dedicado ao tema dos «estrangeirados», cumpre tentar perceber como pôde uma tese como a relativa aos estrangeirados (tal como Sérgio a formulou) chegar a ser influente; a nosso ver, isso deveu-se à leitura da modernidade portuguesa em que se quadra e não tanto à forma polémica como essa leitura foi sendo exposta.

Começando por um resumo: os estrangeirados são apenas uma parte da visão sergiana da história da modernidade portuguesa. A modernidade portuguesa, e aqui temos um consenso entre o «polemismo sergiano» e a historiografia mais actualizada, é marcada e relevante a nível internacional sobretudo nos séculos xv e xvi, ou seja, corresponde a um período da modernidade inicial (*early modernity*, como

dizem os ingleses e, na esteira deles, os americanos); a modernidade «clássica», para falar como Foucault (a do século xvii), já não a vivemos em sincronia com a Europa e, depois, as Luzes e o Romantismo são experiências incipientes em Portugal. Não que faltassem tentativas: logo no século xviii, o reformismo de Pombal visa uma centralização do poder de Estado que se havia feito na Europa um século antes e usa (ou tenta usar) meios do seu tempo (Locke, via Verney), no que consegue apenas sucessos parciais e temporários. Os mesmos, afinal, que conhecerão as tentativas subsequentes de modernização até ao final do século xx, e não por acaso: todas partilham a via revolucionária, isto é, uma agenda que se tenta impor ao real em nome do Rei (Pombal), da Nação (Liberalismo), do Progresso («realismo»), da República (do Ultimato a 1918, pelo menos), dos amanhãs que cantam (o nosso comunismo precocemente estalinizado) e, até, atendendo à forma e não tanto aos objectivos que pretendia alcançar, em nome da tradição (Salazar, o mago das Finanças). Em comum, e matizando até ao extremos nos casos do neo-realismo e do salazarismo (ambos ligados a imagens de Europa que, por igual, Sérgio e os seus colegas de «apostolado» crítico combateram), todos partilharam

uma ambição europeizante marcada pela ruptura com a sociedade portuguesa que tentavam reformar ou dominar. É contra esta imagem de europeização instantânea, comunitária ou isolacionista, que o pedagogo sergiano sempre se bate, porque ele tem por base não só a constatação da nossa grandeza pretérita e do nosso atraso presente mas também uma tese sobre as causas dessa corrupção. «Corrupção» é o termo, o «reino cadaveroso» é o da corrupção da modernidade e é nessa medida que Sérgio se diferencia de Antero (e fê-lo expressamente várias vezes) e assim se torna interessante. Vale a pena determo-nos nesta questão da burguesia.

A burguesia portuguesa não correspondia à sua congénere europeia. Não tinha o dinamismo desta, nem mental nem economicamente. Mas esse ponto não atinge a visão de Sérgio, que desde a década de 1910 (ver o ensaio «A conquista de Ceuta») salientava o carácter não nacional, mas cosmopolita, da burguesia que rodeava o mestre de Avis desde 1383. Apenas uma citação, integral, de uma nota desse ensaio:

Também não podemos crer que Álvaro Pais tivesse agido em 1383 por simples desejo indivi-

dual, isolado. O tesoureiro do mestre de Avis, no período revolucionário, foi um inglês; a burguesia comercial de Lisboa e Porto era, pelas suas relações e mentalidade, uma classe cosmopolita. (P. 266.)

Toda a argumentação de Sérgio neste ensaio (datado de 1919) enfatiza o cosmopolitismo constitutivo da burguesia portuguesa dos primórdios da modernidade e a precocidade da formação de uma Razão de Estado (no melhor sentido, defesa dos interesses permanentes do Estado) em Portugal (cf. pp. 266-271). A burguesia era portuguesa por estar em Portugal e servir os interesses do Estado Português, não por ser oriunda e estar circunscrita a Portugal mas, pelo contrário, por perceber que a sua função era a de promover um «acrescento» ao Reino como o da conquista de Ceuta. O ponto de Sérgio não é tanto que a burguesia portuguesa revolucionou Portugal em 1383, mas que a burguesia em 1383 foi decisiva para o que Portugal viria a ser nos dois séculos seguintes. Logo, que a burguesia autóctone não era tão dinâmica como a do norte da Europa não é um problema, pois era essa mesma que também (e mesmo predominantemente) estava actuante em Portugal.

Esta imagem da modernidade é, como o próprio Sérgio afirma, cosmopolita, e nisso é uma imagem iluminista. Ela baseia-se numa concepção pacifista e liberal da Humanidade, e por arrasto das relações entre Estados, na qual o Direito e a evolução, e não a violência e a revolução, privilegiam como instrumentos o comércio e o conhecimento universais (ao menos no sentido de universalizáveis). Nessa imagem da modernidade, os Descobrimientos Portugueses não carecem de grande legitimação pós-facto. Os meios empregues foram os do tempo e as consequências deles na consciência nacional são menores face ao problema do posterior soçobrar da empresa marítima, logo a partir do século XVII.

O problema português com a modernidade é similar ao que Lourenço observa na noção de burguesia empregue por Sérgio. A «nossa» modernidade precedeu a «europeia» (do norte)? E a nossa pequenez deve-se a essa modernidade ter-se entretanto atrasado? Esta é a tese dominante, com as culpas a ser imputadas à Inquisição, ao centralismo estatal, etc., etc. — mas não assim com a visão de Sérgio. O que Sérgio afirma é que a «nossa» modernidade foi a modernidade europeia de um certo período. Nos séculos XV e XVI não havia «nós» e «a Europa»; havia

sim uma Europa cosmopolita na qual participávamos por opção e mérito próprios. Na génese da decadência posterior não vê Sérgio, de igual modo, nenhum factor externo, nenhuma conspiração, mas sim uma opção, ou melhor, uma série de opções. Aqui aproxima-se em particular de Antero, mas nunca se confunde com ele; o fechamento, a educação guerreira, a política de transporte, não são opções atribuíveis a um agente, ou pequeno conjunto de agentes, «causas» actuando sobre um país assim feito vítima. Pelo contrário, é a Portugal no seu todo que Sérgio atribui a «decadência», isto é, a renúncia voluntária à modernidade a que pertencia. É dessa «nossa» renúncia que posteriormente será extraível a oposição «Portugal» (ou «Hespanhas») e «Europa» não a nenhuma acidente ou perseguição ou equívoco.

O simbolismo de D. Sebastião no ensaísmo de Sérgio deve-se justamente a isso, a simbolizar (ser a parte que dá sentido ao todo a que pertence) essa transigência com os factores antimodernos, anti-europeus, da sociedade portuguesa e europeia de então, factores que noutras paragens foram contrariados e entre nós acabaram por sobrepujar a modernidade gerada pela empresa da expansão. O reino cadaveroso («O problema da cultura em Portugal»),

quem o criou foram os seus súbditos, a «sociedade dualista» («Duas Políticas Nacionais»), quem a criou foram os seus membros. Portugal não ficou corrompido por ter sido corrompido, Portugal é corrompido por se ter corrompido, a tese de Sérgio é a da auto-responsabilização colectiva (e, conseqüentemente, do pedagogismo da auto-iniciativa) pelo devir histórico que trouxe Portugal até ao século xx. A seu modo, é uma pré-figuração do problema da (in)consciência nacional que vai, décadas depois, interessar a Eduardo Lourenço. E «pré-figuração» por em Sérgio não encontrarmos uma imagem do que a consciência nacional é sem o reconhecer (como em Lourenço) mas uma imagem do que a consciência nacional fez conscientemente tanto de positivo como de negativo no passado e, na contemporaneidade, de novo com consciência, tenta modificar retoricamente.

É na constância desta leitura da história da modernidade portuguesa por Sérgio, que abarca um período de seis séculos (xiv-xx), que encontramos a categoria de «estrangeirados». No pensamento de Sérgio, ela não é no que mais importa uma noção geral que designa genericamente um conjunto de individualidades com «mentalidade» afim. Designa sim, e acima de tudo, duas realidades bem diversas: uma

que cabe à historiografia estudar, a dos portugueses que mantiveram a sua ligação à modernidade europeia apesar do isolamento do país à custa do auto-exílio ou de uma acção semiclandestina em Portugal (aspecto que não interessou demasiado à dita historiografia, nem mesmo à que se reclama sergiana); e a do «escol» (de intelectos, não de minorias sociais privilegiadas, como Sérgio insistia) que ainda antes do isolamento colheu ensinamentos necessários à expansão e que deve servir de exemplo para o novo escol ambicionado por Sérgio para, em termos similares, se formar no exterior do país para depois retornar a ele e contribuir para a sua modernização, sinónimo de europeização. É pelo carácter pedagógico e não histórico, reformista das práticas e não apenas das mentalidades, como Sérgio sempre deixou claro (porventura até mais aos seus adversários do que aos seus seguidores...), que esta noção de estrangeirados adquire pertinência. Os «estrangeirados» são uma categoria essencial da história da modernidade portuguesa, segundo Sérgio, por serem o elemento de ligação entre o Portugal europeu (moderno, da expansão) e o Portugal corrompido (isolado, «purista»). A Sérgio não importa tanto o sucesso histórico das sucessivas gerações de «estrangeirados»

na sua demanda de um Portugal moderno como a função, como que teleológica, que desempenham na História de Portugal, função essa regeneradora, segundo o modelo histórico exemplar na óptica de Sérgio, o de uma comunidade entre Portugal e Europa, Portugal *como* Europa, na qual a própria categoria de «estrangeirados» deixa de ser pertinente, dado o cosmopolitismo dessa comunidade política.

Como qualquer interpretação histórica, a visão de Sérgio da modernidade, portuguesa e europeia, é susceptível de controvérsia. Na sua intenção, contudo, não está a polémica. Isto não significa que não tenha sido de forma amiúde polémica que a sua visão tenha sido publicada; significa, sim, que a visão de Sérgio da modernidade é uma visão do que foi a História de Portugal antes das polémicas a que ela deu origem ou, se preferirmos, no gerar das polémicas que entretanto a descrevem. Pois a História surge, em Sérgio, como sucessão de opções por definição polémicas: isolamento ou cosmopolitismo, tolerância ou fanatismo, conhecimento ou ignorância, fixação ou transporte, etc., etc.; por regra, Sérgio tende a matizar as oposições (caso evidente é o reconhecimento de um equilíbrio necessário entre transporte e fixação, e o interesse pelo desequilíbrio que se

produziu a favor do transporte), mas isso nem é o mais importante. O decisivo está na concepção de Portugal como país moderno, de certo modo como país moderno por excelência e, portanto, da não-inevitabilidade do sebastianismo, e até na inevitabilidade do anti-sebastianismo

Sucedem que esta concepção de História de Portugal assenta numa concepção de historiografia não limitada ao passado, antes orientada para o futuro. E sobretudo, numa visão coordenada à escala europeia, contrária à tendência (não só portuguesa) de histórias nacionais, Sérgio e os seus seguidores (como Magalhães Godinho) repetiram-no e explicaram-no várias vezes, mas mesmo assim trata-se de uma concepção que é susceptível de críticas por parte de outra concepção de historiografia, mais especializada no campo dos saberes científicos, da qual, por seu turno, resulta uma outra descrição (e, implícita, valorização) da história de Portugal.

Economia e cooperativismo

Outro tanto se pode dizer do pensamento económico de Sérgio, que apesar de se definir pelo

cooperativismo, não é de modo algum o de um especialista. Ainda assim, mesmo os mais relevantes historiadores reconheceram a sua contribuição para a reflexão sobre cooperativismo, como ainda recentemente se demonstrou uma vez mais, ao publicar-se carta de um particularmente notável «positivista» a Sérgio a esse respeito (A. H. de Oliveira Marques, carta a António Sérgio de 1957, cf. infra, «Fontes»). Os economistas também o fazem.

Neste campo, contudo, os estudos são bem mais escassos. Por um lado, Sérgio pertence ainda a um tempo em que a economia era saber não especializado, o que aliás ele entendia ser preferível, pois, tal como a História, teria de ser animada por princípios filosóficos (éticos) e posta ao serviço do público (a benefício do futuro) para não ser estéril. Deste modo, o seu interesse para economistas é meramente histórico. Por outro lado, o cooperativismo que defendeu praticamente desapareceu enquanto tópico no pensamento económico hoje normal, académico. É reconhecido o sector cooperativo como um tipo intermédio, entre o estadual e o privado, sendo privado mas não votado ao lucro. Tema menor, abordado sobretudo por um autor anterior à consagração científica (universitária) da Economia como disciplina autóno-

ma, o cooperativismo também não beneficia a posteridade de Sérgio e (desta parte) da sua obra. Muito apropriadamente, é reconhecido por economistas actuais algo que contribui também para este apagamento do Sérgio-economista, a saber, a falta de debate entre economistas portugueses (leia-se António Almodóvar, «António Sérgio, economista?», nas *Actas* do colóquio que temos citado, p. 107). Como o mesmo autor nota (pp. 108-109), no caso português a Economia emancipou-se do Direito, sobretudo quando as grandes escolas de Lisboa e Porto se somaram a Coimbra, fazendo com que essa autonomização dentro das universidades seja identitária. Este processo não é sequer estranho, pois a emancipação científica da Economia como disciplina, apesar de atravessar a dinâmica da História das Ideias moderna desde, pelo menos, o século XVIII, só no século XX se consumou, quando a hoje vetusta «economia política» se viu progressivamente formalizada, matematizada e tornada um instrumento privilegiado de análise política orientado para a acção. Portanto, neste particular podemos dar a Economia como um domínio do saber em que o quadro institucional português (universitário) acompanhou a evolução europeia com bastante proximidade, apesar da escassa elaboração

teórica original, dos condicionamentos materiais à pesquisa empírica sistemática e abrangente, e da suspeita política que o Estado Novo sempre manteve relativamente às ciências sociais, tidas por viveiros de marxismo. Ora Sérgio foi um dos muitos que verberaram a universidade portuguesa, o que mais contribui para um silêncio actual. Inútil e mesmo injusto, se pensarmos que Sérgio até para essa emancipação contribuiu (ainda que modestamente, é certo), ao organizar a *Antologia dos Economistas Portugueses...*

Apesar de tudo isto, o tema económico merece atenção no pensamento de Sérgio. Primeiro, porque ilustra exemplarmente a continuidade histórica entre passado, presente e futuro, na qual a interpretação do passado sugere reformas económicas (e pedagógicas), no presente, para obter no futuro um país melhor. Crítico da I República e do seu jacobinismo retórico e ideológico, Sérgio elege como verdadeiro veículo de mudança social não a alteração legislativa mas a remodelação económica. A prática, não o discurso (o célebre mote da «reforma das mentalidades», embora não seja despropositado, está largamente sobrestimado no que a Sérgio respeita, voltaremos a ele no próximo capítulo). Por conseguinte, a su-

peração das fraquezas do demoliberalismo não consiste em recusar as liberdades políticas (Sérgio nunca deixou de ser liberal) nem em fazer o apostolado da revolução marxista (Sérgio nunca foi materialista histórico-dialéctico). Fiel a Antero, e a si próprio, filosoficamente, Sérgio encara a economia como progresso material com intuito moral a ocorrer pacificamente, na linha da tradição social recebida (cristã). Nunca questionou, assim, a composição colonial do Estado, ao qual exigia apenas a promoção da vida nas colónias, à semelhança do que se exigia para a metrópole; nem o seu elogio da técnica alguma vez serviu para desdenhar a agricultura. O interesse da economia e sua reforma residia justamente aqui, no permitir recompor pacificamente e de forma gradual a sociedade de modo mais racional, mais próspero e mais moral. Este intuito, baseado na sua visão da modernidade e de Portugal nela, remete-nos para um aspecto a comentar no próximo capítulo, o da «sociedade dual».

Em segundo lugar, e de novo colocando-nos na senda política, por o cooperativismo que advogou (e ajudou a praticar) ser próximo do socialismo democrático, oposto ao marxismo e, em particular, à sua variante da época, dominante em Portugal, o estali-

nismo. Por isso tem um alcance político e não meramente relativo à estrutura de produção e distribuição de bens e serviços. Registe-se, também, que podemos entender que o interesse de Sérgio no cooperativismo foi uma alternativa não só ao planeamento ditatorial estalinista mas, ainda mais, aos diversos «condicionamentos» que o corporativismo do Estado Novo criaria e manteria mesmo quando, após 1945, nem sequer a Situação o defendia ainda (além das suas teses sobre a sociedade portuguesa terem influenciado alguma sociologia a partir da década de 1950, o próprio Sérgio chegou a pensar em Marcello Caetano como um verdadeiro crítico do corporativismo — que chegou a ser, de facto — e real reformador do regime, o que nunca chegou a suceder).

O seu privilégio às cooperativas de consumo visava evitar simultaneamente o «socialismo de Estado», colectivista, cuja acção redundaria em ditadura política; o seu interesse pelas consequências sociais e morais da actividade económica afastavam-no completamente do modelo conservador e tradicionalista do controlo orçamental estrito acompanhado por leis de condicionamento industrial isolacionistas do Estado Novo. O cooperativismo substituiria, assim, o capitalismo e as suas desigualdades naturalmente, har-

moniosamente, sem a supressão das liberdades própria dos que apostavam na destruição do capitalismo (estalinistas) ou na sua instrumentalização para fins políticos e ideológicos (corporativismo). Chegou a propor uma autêntica república cooperativa, com ministério para essa actividade, caixa de crédito a cooperativas, etc., fazendo do estado um auxiliar do verdadeiro centro da vida pública, as cooperativas de consumo. A sua visão do sector cooperativo não deu origem a uma superação do capitalismo, é certo, mas ainda assim influenciou muitos nas elites mais novas, que em 1976 plasmaram o sector cooperativo na letra da Constituição da República Portuguesa — onde foi tão pouco influente na sociedade como já o houvera sido nos ensaios de Sérgio.

Não obstante, estes planos — histórico e económico, político e pedagógico — cruzam-se tanto que os resultados são sempre incertos e surpreendentes. Isso mesmo o notou um dos melhores intérpretes de Sérgio, por sinal um dos constituintes de 1976:

De António Sérgio, meu primeiro mestre intelectual, recebi ao tempo forte influência em filosofia e escassa política. Nunca me deixei enleiar no cooperativismo sistemático. [Ao contrário

de quase toda a minha geração de esquerda que, quase até aos 50 anos, e sem se saberem sergianos, eram inveterados auto-gestionaristas (e portanto sergianos) e prosseguem ainda hoje, nostálgicos, do discurso participacionista.]

SOTTOMAYOR CARDIA, *Combates Passados*, p. 62.

Pouco importa que assim se faça ou não justiça às ideias económicas de Sérgio, aliás bem próximas (ainda que mais simples e ingénuas) do «socialismo de distribuição» que Cardia elaborou em *Socialismo sem Dogma*. Em última análise, o político revelar-se-á, afinal, pedagógico.

FONTES

CARDIA, Mário Sottomayor, *Combates Passados*, manuscrito do espólio de M. S. C. depositado no arquivo da Fundação Mário Soares, em Lisboa.

COSTA, Fernando Ferreira da, org., *António Sérgio, sobre o Sistema Cooperativista*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1984.

VV. AA., *A. H. de Oliveira Marques, 1933-2007: 50 Anos de Historiador*, BNP, Lisboa, 2007.

POLÍTICA E PEDAGOGIA

Política e sociedade portuguesa, segundo António Sérgio

Como vimos até este ponto, a política nunca foi para António Sérgio um móbil de primeira importância. Além dos motivos pessoais que ditaram a distância física e sentimental face ao país, houve também o desafecto pelos regimes que conheceu (mesmo tendo participado no governo durante a I República) causado pela distância entre a vida comum e os seus ideais filosóficos e, como se tudo isto não fosse já o suficiente, uma premeditada atitude hipercrítica face ao vector cultural dominante na sociedade portuguesa do início do século (a História de Portugal), como que servindo de justificação natural e lógica para esse desamor à política.

Não obstante estes aspectos da sua vida e obra, do seu pensamento filosófico e da sua interpretação da História de Portugal, o facto é que António Sérgio foi autor de trabalhos de reflexão de tipo politológico e manteve actividade política ocasional, na I República e constante, quase profissional, na época histórica que se lhe seguiu desde 1926 (não fazendo aqui, por conseguinte, *distinguo* entre a ditadura militar e o Estado Novo). Já o referimos, e agora sistematizamos:

- 1) Esteve na experiência política do sidonismo, no papel que talvez mais lhe conviria, de ideólogo de reformas no ensino;
- 2) De volta à «República velha», esteve no governo, ainda que por muito pouco tempo, na sequência do seu papel de propo-nente de reformas legislativas no sector da educação;
- 3) Imediato opositor ao golpe militar de 1926, conheceu o exílio parisiense, sem contudo se desligar da política, agora opositorista *de rigueur* (daí ter voltado ao exílio, ainda mais brevemente, na década de 1930, em Espanha);

- 4) Face ao Estado Novo, e já em Portugal, persistiu numa linha própria de oposição, que o colocou igualmente em oposição ao Partido Comunista Português. Foi assim que terminou a sua vida, ainda que na década de 1960 a sua actividade fosse já, até por motivos de saúde, praticamente nula.

Tomemos em consideração os dois primeiros momentos. Se é corrente (e fácil) recordar os frequentes ataques aos «velhos republicanos» e à sua política, que Sérgio fez desde muito cedo e que sempre manteve, convém perceber o seu envolvimento no regime deposto a 28 de Maio de 1926. Que tenha sido atraído pelo sidonismo não espanta, outros o foram (Fidelino de Figueiredo, por exemplo) e todos se viram frustrados com o desfecho dessa aventura cesarista.

Mais relevante, e mais interessante, do ponto de vista intelectual, é o envolvimento com a política republicana após esse período. Poder-se-ia supor que o seu afastamento aumentaria e se tornaria definitivo, mas a resposta positiva de Sérgio ao apelo de Proença (pela ocasião da publicação do primeiro volume dos

Ensaio) para que voltasse ao país e lutasse pela sua transformação confirma justamente que esse afastamento após o falhanço do sidonismo tinha sido apenas provisório e contrariado. Em bom rigor, e como a própria empresa de coligir os seus ensaios num volume bem ilustra, nunca Sérgio se afastou de Portugal — nem da sua política.

As ideias que defende e tenta aplicar como legislador e como ministro no início da década de 1920 não formam corpo estranho à sua doutrina, quer comparando-as com o seu pensamento filosófico, quer relacionando-as com a sua interpretação da História de Portugal, quer, ainda, confrontando-as com a sua apreciação da política republicana. Bem pelo contrário: como nota certamente António Reis, o mais que se lhe pode apontar não é qualquer «traição dos intelectuais» nem nenhuma «contradição» ou sequer «flutuação», mas sim que fazer uma aposta excessiva «num novo sistema educativo e no alargamento do movimento cooperativo era, em larga medida, escolher o caminho mais longo e mais difícil, com alguma dose de ingenuidade e utopia face às realidades e exigências do desenvolvimento económico contemporâneo». (Reis, 1990: 21), Com efeito, António Sérgio reduziu conscientemente a actividade

política, tanto a sua como a de todos, a um instrumento de reformas económicas e sociais que começavam na educação (daí a centralidade da pedagogia no seu pensamento, como veremos de seguida) e se consumavam na organização cooperativista que, sendo de natureza económica, era, afinal, moral — logo, metapolítica. Assim também se explica o desinteresse, mesmo a deliberada desvalorização da actividade partidária na política, inclusivamente na política democrática, a nosso ver igualmente bem explicada por António Reis, no mesmo texto introdutório à sua recolha de textos políticos de Sérgio (cf. pp. 18-20), quando nota que mesmo a sua fugaz ligação a um Partido Socialista dos anos 40 (recorde-se que no 1.º de Maio de 1947 Sérgio profere uma então célebre «Alocução aos Socialistas») foi mera procura, momentânea, de um suporte institucional de oposição ao Estado Novo (num período em que o próprio PCP também sofria grande pressão, recorde-se). O seu elitismo intelectual reflectia-se demasiado bem na sua actividade política para se deixar confundir fosse de que forma fosse com os partidos políticos que conheceu, como constava do lema da *Revista dos Homens Livres* — «livres dos partidos e livres das finanças».

As ideias que, como político, tentou por em prática no sector educativo podemos integrá-las no essencial sobre o seu pensamento pedagógico. Neste momento, o Sérgio-político deve-nos merecer a atenção de lembrar como, além das críticas ao parlamentarismo (comuns à época, como já escrevemos de início), empreendeu propostas para reforma desse mesmo parlamentarismo, em sentido aliás muito próximo do que hoje vinga: redução do número de partidos; obrigação de os proponentes de moções de censura ao governo apresentarem em quarenta e oito horas um governo alternativo que uma maioria parlamentar apoiasse; criação de um período posterior a uma moção de censura no qual os autores da moção ficassem inibidos de reincidir no voto; enfim, uma série de controlos legais de inspiração demoliberal destinada a contrariar tendências autofágicas dos agentes políticos. Diferente teria sido a história (o destino é impossível determinar) da I República se tais medidas tivessem sido levadas à prática; em todo o caso, o essencial do pensamento político de Sérgio encontra-se numa concepção da sociedade portuguesa que fará escola (diversa, dispersa, discreta — mas escola e com nomes justamente reputados).

A sociedade dual, ou dualista, desenvolvida em «As Duas Políticas Nacionais» (ensaio da década de 1920) sintetiza bem essa visão. Mais do que delinear duas políticas, Sérgio explicita aí, e disso nunca se afastará (nem terá sido, verdadeiramente, alguma vez contestado...), uma visão de Portugal como um território com dois países dentro dele. Um país conservador e isolacionista, um país moderno e aberto ao exterior. Um país urbano e litoral, um país do interior e de organização social tradicional. Como já referimos, Sérgio empenhou-se na promoção da técnica e da ciência modernas como meios de transformação da sociedade portuguesa mas não de forma acrítica, nem nunca abdicou de um esqueleto agrícola (e, condicionado ao efectivo desenvolvimento das colónias, ultramarino) para o país. A questão, portanto, não está na opção por um em detrimento do outro. Lembremos: a política de transporte, do litoral urbano, não era apoiada por Sérgio; tal como a fixação não lhe parecia suficiente por si só, tanto por motivos económicos como por dinâmicas culturais. Assim, falar do pensamento de Sérgio sobre política, naquilo que ele tem de mais interessante e consequente, não é falar sobre a sua concepção democrata e socialista, que enfermam da mesma inge-

nidade legislativa e cooperativista, como veremos. O grande contributo de Sérgio para a reflexão política portuguesa encontra-se na senda do país dual, prosseguida na segunda metade do século por sociólogos de índole metodológica tão distinta como Hermínio Martins (em Inglaterra, na condição de estrangeirado) e Adérito Sedas Nunes (logo na década de 1960, tal como Martins). É esta sociedade dual que Sérgio ambiciona unificar e, nesse passo, vivificar. O caminho será a pedagogia, o mais longo e incerto dos caminhos. Mas, se atentarmos na sua concepção de democracia, teremos de convir que foi o melhor caminho que a teoria política poderia alguma vez ser.

As limitações de Sérgio enquanto teórico político devem-se aliás à maturação relativamente rápida do seu pensamento epistemológico e ao nexu vital que o unia à ética, ficando assim a dimensão propriamente política como que presa entre exigências metodológicas e aspirações morais. Numa longa polémica com Cabral de Moncada (em 1929, Moncada escrevendo em *A Nação Portuguesa*, Sérgio na *Seara Nova*) em que o pretexto era o pensamento político português (e de pretexto pouco passava), Sérgio escreve a dada altura (*Seara Nova*, n.º 144, «Ideal e facto sensível, política e ciência, meios e fins»): «Afigura-se-nos a

nós que as doutrinas políticas exprimem ideais, desejos, fins, que nos são ditados pela consciência; e que a ciência nada tem a ver com fins, com desejos, com ideais; e que, além disso, os ideais se não podem basear nos factos (a não ser no facto da consciência que é aquela afirmação de um ideal), pois têm precisamente por objecto — os ideais — modificar os factos.» A sintaxe arrevesada é do original, mas há ainda assim que apresentar desculpas por ser um mau exemplo da capacidade de expressão tantas vezes gabada a Sérgio. E, no entanto, este simples trecho ilustra bem como no seu pensamento a política permanece sempre uma realidade derivada dos rigores do pensamento e das aspirações da vontade. Num estudo recente dedicado a essa polémica, o Professor António José de Brito (Universidade do Porto) nota bem como é a epistemologia a conduzir o debate sobre o papel da ética na actividade política, em particular na argumentação de Sérgio (texto inédito). Isso não impedia que, nesta como noutras ocasiões, as polémicas políticas de Sérgio se revelassem frutuosas para os seus interlocutores, quer estes permanecessem no campo político em que já se situavam (caso de Moncada) quer o abandonassem para aderir ao democratismo de Sérgio (caso, por exemplo,

de Castelo Branco Chaves). Significa apenas que o próprio «sergianismo político» nunca adquiriu grande autonomia dentro do pensamento de António Sérgio.

Crítico da filosofia dialéctica moderna em geral, Sérgio foi mais eficaz contra os marxistas do que contra os hegelianos; desconhecia quase por completo Hegel, e o seu verdadeiro rival na oposição em Portugal era o PCP, pelo que a crítica ao materialismo marxista interessava-lhe sobremaneira. Contudo, empenhado no combate ao Estado Novo, sem nunca acreditar na capacidade do Estado corporativo para solucionar os interesses opostos da sociedade (estruturalmente dual, ademais), Sérgio viu-se forçado a moldar o conceito de democracia a várias características da vida social portuguesa que o desfiguraram irremediavelmente. Não confundiu democracia com república, é certo, ao contrário do que sucedeu com tantos outros, mesmo seus próximos, como Jaime Cortesão. Mas como nota José Esteves Pereira em «António Sérgio, político. A ideia de democracia» (nas *Actas* do colóquio que temos citado), Sérgio empreendeu numerosas revisões do sentido do conceito moldando-o de modo a adaptar-se ao seu ideário filosófico e a adequar-se ao seu fito de pedagogo. Pode-

mos simpatizar e até aderir ao esforço, nem por isso ele é mais sustentável: leia-se, no ensaio de Esteves Pereira, a versão superficial, dita kantiana, da vontade comum (ainda que seja justo reconhecer que Sérgio foi, na sua geração, o mais atento ao que há de propriamente filosófico na política e, também neste caso concreto, isso se viu); o municipalismo voluntarista de Sérgio; a ambição implausível de uma súbita e simultânea conversão de toda a sociedade a uma vontade comum abstracta e racional, redistribuidora do trabalho e da riqueza como que naturalmente. São projectos válidos se validamente sustentados, em vez de proclamados com vestes filosóficas e que, como notámos no final do capítulo anterior, influenciaram mesmo alguns sergianos consequentes (e melhores políticos que o Mestre) nas suas melhores obras.

Resta, por fim, o Sérgio pedagogo. Aquele no qual desaguam, quase desde as primícias autorais, as obras filosóficas, históricas, políticas.

Pedagogia: a «Nova» e a de Sérgio

Num estudo sobre a recepção da Obra de António Sérgio incluído no volume de *Actas* que temos

vindo a citar, tivemos ocasião de escrever (co-escrever, com Miguel Real) que o aspecto decisivo do legado sergiano consistia na defesa da necessidade de mudar as práticas sociais, não apenas as mentalidades. Claro que Sérgio se serviu regularmente do tópico de mudança de mentalidades, também isso era algo comum no seu tempo (como ainda hoje); mas, por isso mesmo, se se tivesse limitado a esse tópico, o que o distinguiria de tantos outros publicistas? Como já tentámos evidenciar anteriormente, ao falar das questões da técnica e da economia, Sérgio demarcou-se dos demais por enfatizar, no estudo de problemas filosóficos e históricos (problemas de mentalidades), a dimensão prática, da vida social quotidiana, para efectivamente solucionar questões ditas «de mentalidade». Sem surpresa, em ponto algum do seu ideário isso é mais explícito do que na questão política, relativamente à qual a desconfiança de Sérgio quanto à eficácia dos simples actos legislativos e a sua total falta de confiança nos políticos da «República velha» se combinavam para enfatizar ainda mais a sua vocação pedagoga. Por isso a democracia era para ele uma demopedia.

Dissemos «ainda mais» por o interesse de Sérgio em questões pedagógicas não se dever exclusi-

vamente às suas experiências na política activa. Com efeito, está já bem documentado que, ainda antes de aceder ao poder, e antes mesmo de adquirir o prestígio intelectual de que gozou durante décadas, Sérgio formou o essencial do seu pensamento pedagógico e dele nunca se afastou, nem tão-pouco o modificou substancialmente (Hamelin e Nóvoa, 1990). E terá sido mesmo esse pensamento pedagogo a granjear-lhe, junto do grande público (junto de elites pedagógicas a sua posição era menos estimada, o que ainda hoje acontece), uma distinção particular. O que se compreende bem, se pensarmos na diferença de Sérgio face à caracterização predominante das elites políticas portuguesas. Tomemos como boas (mesmo exemplar) as palavras recentes de Manuel Villaverde Cabral: «o exame do pensamento político português moderno revela que raramente as elites portuguesas se interrogaram acerca dos objectivos do poder (para quê?) ou em nome de quem exerciam ou se candidatavam a exercer esse poder (para quem?). Todo o seu esforço doutrinário está, na realidade, dirigido a uma única questão: *como* exercer um poder do qual essas elites parecem ser, de algum modo, «donas»? Subjacentes à ideologia administrativa das elites oligárquicas estão pois, simultaneamente, o temor à

irrupção das massas na cena política e à emergência de eventuais lideranças carismáticas, *maxime* a convergência dos dois fenómenos.» (Cabral, 2006: 170.) Villaverde Cabral escreve sobre o fenómeno de «ideologia administrativa» que, presente na cultura portuguesa desde há séculos e nunca reformada pela I República, veio a ter o seu apogeu natural com o Estado Novo, uma verdadeira «ditadura administrativa». Por oposição, Sérgio aderira a uma ditadura carismática, a de Sidónio Pais, não temia as massas na política, desdenhava sim as massas incultas, na política ou fora dela, e contra isso quis agir. Em última análise, Sérgio sempre se interrogou sobre os objectivos e a legitimidade do poder das elites políticas — como vimos, o seu pensamento filosófico e a sua interpretação da História de Portugal a isso o obrigavam. E o resultado dessas reflexões encontramos-lo na primazia do pedagogismo sobre o poder político. Ou, se quisermos, na natureza política da pedagogia, a pedagogia como verdadeira política — e verdadeira origem da economia, da filosofia, etc.

Contrariamente ao pensamento pedagógico português de ainda hoje, e apesar da consideração deste por António Sérgio, não pensamos que Sérgio quisesse que Portugal não fosse Portugal quando pro-

punha que enviasse alunos para se formarem no exterior e regressassem a Portugal para modernizar o ensino e as práticas produtivas. Como já ficou exposto, essa aposta na modernização através da técnica estava imbuída de uma ética, legitimava-se numa leitura da História de Portugal (discutível como todas, mas uma leitura) e propunha-se alcançar resultados económicos que nenhuma reforma política, legislativa, pode produzir. Não, portanto, um programa de desnacionalização (como escreve Manuel Ferreira Patrício no estudo sobre o pedagogismo de Sérgio no volume de *Actas* que temos citado, cf. p. 42), antes, sim, e como temos indicado até este momento, em que isso fica perfeitamente ilustrado, um programa de devolução da nação portuguesa ao seu sentido próprio, à sua única legitimação possível, a saber, a promoção de um bem comum. Como a História do século xx, já depois de Sérgio, confirmou, essa restituição de Portugal à sua História dependia de uma integração europeia. E se esta não resolve todos os males nacionais, em grande medida isso se deve a ser feita excessivamente em moldes burocráticos e não tanto práticos, no sentido próprio em que a prática e a ética são uma e a mesma coisa.

A educação é, pois, portuguesa, por ser de molde europeu, o molde cultural ao qual Portugal logicamente pertence. Do mesmo modo (e no mesmo passo, cf. p. 42), afirmar que na posição pedagoga de Sérgio «o fim da escola passa a ser, na prática, a reforma económica de Portugal» requer qualificações: «na prática» tem importância, por só através da prática social a «reforma das mentalidades» produzir efeitos; «reforma económica da sociedade», como vimos e é consensual, trata-se não de um desiderato «meramente economicista» (como se diz vulgarmente) mas do método de efectiva regeneração social (moral inclusa), tese discutível decerto mas não obstante defensável e repetidamente defendida por Sérgio. Com estas qualificações, então, sim, podemos dizer que, «na prática», o «fim» é esse. Este.

Temos então que da escola primária à instrução superior há de facto um projecto social, no sentido que habitualmente se designa «político». A educação dos níveis iniciais, o que não se deve confundir com «inferiores», visa definir um *ethos*, um carácter, o qual, prosseguindo para os níveis mais avançados de instrução ou sendo utilizado desde cedo no mercado de trabalho, constitui uma qualificação fundamental, é uma reforma de mentalidade com incidência nas

práticas sociais quase imediata, contribuindo para um desenvolvimento económico geral que sustente uma vida moral igualmente mais sã. A dimensão científica, também ela económica e portanto moral, mas de forma mais mediata, desenvolve-se nos patamares de instrução mais elevados, nos quais o ensino se funde com a investigação e a descoberta ou a invenção. No seu género, encontramos também aqui uma doutrina da cooperação, a qual se destina a gerar por via prática uma finalidade social, ou política: a associação de povo e elites, irmanadas num autogoverno (o *selfgovernment* por que Sérgio clamava) comum do país. Esta é a origem e a finalidade daquilo a que Sérgio propagandeou como educação cívica.

Como observa Ferreira Patrício (pp. 52-53), Sérgio queria: 1) uma escola primária universal; 2) organização do ensino juvenil para o autogoverno; 3) uma articulação estreita entre escola e sociedade. Mas sem a Junta de Propulsão dos Estudos, ou Junta de Orientação dos Estudos, que supervisionaria o ensino e treinaria os professores (aqui o contacto com o estrangeiro seria fundamental), estes objectivos seriam impossíveis de atingir. Ora a acção política de Sérgio nunca logrou criar tal Junta. Afastou-se assim da

política e apostou no meio em que dependia apenas de si, a argumentação através de sucessivos textos.

A decisão não terá sido precipitada. Na realidade, já desde a década de 1910 que Sérgio praticava a propaganda pela pena, e através dela tinha obtido o reconhecimento público — o qual persistiu mesmo durante o Estado Novo apesar da censura. Como fica demonstrado no ensaio de Hamelin e Nóvoa já mencionado (cf. pp. 160-161), o período entre 1914 e 1916 foi aquele em que as suas ideias pedagógicas, influenciado pela pedagogia «Nova» de Genebra mas nunca abdicando de a criticar e a modificar no que entendia conveniente. Podemos apresentá-las abreviadamente do seguinte modo:

- 1) Revisão dos métodos pedagógicos, sobretudo nos primeiros níveis de instrução, com relevo particular para métodos não-mnemónicos e uma instrumentalização da alfabetização, considerada como um instrumento e não como um fim em si própria;
- 2) Articulação entre sistema de ensino e actividade económica da região em que cada escola se inserisse; isto permitiria que os níveis de ensino posteriores ao primário

se desenvolvessem já com consequências positivas ao nível laboral e da educação cívica;

- 3) Para tanto, acentuar no ensino da História de Portugal as questões económicas e sociais, no plano científico, e, no plano pedagógico, empregar métodos democráticos de organização do ensino que preparassem os alunos para a vida numa sociedade democrática; contudo, além de facilmente manipulável por regimes anti-democráticos, este ponto é em si mesmo capcioso, como os melhores leitores de Sérgio perceberam (*maxime*, Sottomayor Cardia, que, ainda antes de ser ministro da Educação, assegurou enquanto deputado da Assembleia Constituinte de 1975/1976, que a doutrinação em matérias «filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas» por via do ensino e da cultura ficava vedada ao Estado em Portugal, cf. Constituição da República Portuguesa, artigo 4, n.º 2, e o testemunho do também deputado da Constituinte Jorge Miranda, cf. «Fontes»);

- 4) Integrar a educação portuguesa, nos seus níveis superiores, nas redes de ensino e investigação científica já estabelecidas a nível europeu, através de um sistema de bolsas individuais.

Depois da década de 1910, nos numerosos ensaios e livros das décadas de 1920 e 1930, bem como nas observações em matéria pedagógica que sempre fez até ao final da década de 1950, não se verifica nenhuma alteração notável. Em certos aspectos, nunca deixou de se opor a tendências modernas desse período, como no caso daquela que designava por educação profissional (definida como uma educação geral, não especializada, mas feita pelo trabalho — e não para o trabalho, o que seria «baixo utilitarismo», cf. Hamelin e Nóvoa, p. 163) ou no caso da questão da escola única (à qual preferia um modelo bifurcado, após o ensino primário, como já referimos).

Apesar de, tal como Cardia observou a respeito da relação de Sérgio com Fouillé, Hamelin e Nóvoa indicarem uma origem alheia da ideia de educação cívica para o autogoverno não mencionada por Sérgio (*Education for Citizenship*, de Georg Kerschens-

teiner, cf. Hamelin e Nóvoa, p. 165), o certo é que o tema teve no pensamento de Sérgio uma relevância tal que adquiriu traços próprios e, dada a relação com a situação histórico-social de Portugal na época, pode ser considerada como capital no conjunto do seu pensamento. Autonomia e autogoverno aprendem-se praticando (na escola), esta aprendizagem deve prolongar-se na vida social extra-escolar, em ambas as circunstâncias ela é um esforço de emancipação, nunca uma dádiva (ou fardo) recebido pelos jovens em formação.

A relevância destes temas pode ser apreciada pela sua permanência nas discussões especializadas de pedagogia, ainda hoje, e na vida social e política, em todas as épocas. A pertinência de pelo menos algumas das suas propostas, por seu turno, está bem à vista, tentando-se ainda hoje a sua aplicação.

FONTES

CABRAL, M. V., 2006, «Despotismo de Estado e sociedade civil real em Portugal», in Manuel Villaverde Cabral, José Luís Garcia, Helena Jerónimo, orgs., *Razão, Tempo e Tecnologia: Estudos em Homenagem a Herminio*

Martins, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2006 (pp. 157-180).

HAMELIN, Daniel, e NÓVOA, António, «Autobiografia inédita de António Sérgio — escrita aos 32 anos no Livre d'Or do Instituto Jean-Jacques Rousseau (Genève)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 29, Coimbra, Fevereiro de 1990 (pp. 141-177).

MIRANDA, Jorge, «Mário Sottomayor Cardia», in Carlos Leone e Manuela Rêgo, orgs., *Liberdade sem Dogma — Testemunhos e Estudos sobre Sottomayor Cardia*, Edições Tinta-da-China, Lisboa, 2007 (pp. 53-56).

REIS, António, dir., António Sérgio, *Textos Políticos*, Edições Alfa, Lisboa, 1990.

POSTERIDADE E RECEPÇÃO DA OBRA

A posteridade da Obra de Sérgio começou a ser evidente ainda em vida, quando em 1968 a revista *O Tempo e o Modo* decidiu organizar um número especial em sua honra, o qual surgiria em 1969, pouco depois da sua morte. Não era a primeira análise do conjunto do seu pensamento e Obra, mas foi o primeiro marco cujo simbolismo ainda persiste. É o início da recepção actual de Sérgio.

Desde esse momento o legado de António Sérgio vive sob o estigma intelectual do carácter de «mito da razão» que Eduardo Lourenço lhe atribuiu (num texto republicado uma década depois, numa das obras capitais de Lourenço, *O Labirinto da Saudade*). Como sempre nos ensaios de Lourenço, há muita análise fina e pertinente e, como sempre também, muita liberdade nas conclusões extraídas de tal análise. Não é este o local oportuno para acompanhar a argumentação de

Eduardo Lourenço nem de a comparar com outras análises semelhantes que levou a cabo nesses tempos (por exemplo, sobre Régio). Certo é que a diminuição de estatuto intelectual e simbólico que a imputação de uma natureza mítica causou ao racionalismo de Sérgio foi imediata, profunda e duradoura.

Isso, bem como a especialização dos domínios científicos que interessaram a Sérgio, muito contribuiu para o seu esquecimento e para o desinteresse pela sua Obra. Sobretudo no que respeita à especialização científica isso é compreensível, muito embora no domínio das ciências sociais fosse apropriado esperar uma memória histórica que não se reduzisse a lugares-comuns sobre «a má fé dos intelectuais» e a tricas epistolares. Seja como for, se o pós-25 de Abril foi momento de sergianismo no ensino, há muito tempo isso passou (e atenção: na divulgação de uma interpretação da História de Portugal, mais a mais feita acriticamente, logo ao invés do que o próprio Sérgio pretendia; sobre a pedagogia desde o PREC até hoje, escusado será dizer que Sérgio dificilmente se reveria nela mais do que na dos tempos em que viveu). Ao escrever sobre Fernando Gil para o n.º 1 da revista *Prelo* (3.ª série, Abril de 2006; aqui citado do volume de homenagem a Fernando Gil,

cf. «Fontes»), Miguel Real resumiu bem a evolução de que falamos:

Com Fernando Gil, a razão sólida de António Sérgio, timoneira lúcida em mar alteroso, concepção dominante em Portugal na primeira metade do século xx, fragilizou-se, concretizando e actualizando o prenúncio crítico de Eduardo Lourenço ao conceito de razão em António Sérgio, em 1969. Assim, do ponto de vista do racionalismo filosófico, António Sérgio, Eduardo Lourenço e Fernando Gil estatuem-se como três pontos diferentes no intricado labirinto português da razão, desenhando um arco de contínua fragilidade do poder constitutivo da razão, findando com Gil e Damásio e a perspectiva de uma razão fragilizada, senão naufragada, entre os ataques da emoção e do sentimento.

MIGUEL REAL, in *A Razão Apaixonada*, p. 111.

Com a gradual modernização da sociedade portuguesa e a sua integração nas instituições políticas da Europa Ocidental, muitos dos planos de Sérgio se cumpriram anda que de formas que o próprio não esperaria e com resultados em que, provavelmente, lamentaria. Todavia, o sergianismo, real ou ideal, não

constituiu nem sequer publicamente qualquer instância de avaliação desse processo social, pois mais ainda que a especialização científica ou o sucesso da tese de Eduardo Lourenço, o esquecimento de António Sérgio é devido ao fim do seu mundo político, feito pela palavra, pelo discurso, pela razão. Na sociedade cuja comunicação depende e decorre essencialmente por imagens, António Sérgio e o sergianismo dificilmente fazem, sequer, sentido. Se, apesar disso, se sentiria bem num Portugal pós-Estado Novo pelo qual tanto lutou, não o saberemos nunca. Ficaria surpreso com as interpretações da História de Portugal que diabolizam a «república velha» que tanto lhe desagradava para dar como inevitável o Estado Novo? Reproduziria o seu «apostolado» junto da juventude, já menos comunista mas nem por isso menos radical? Continuaría a acreditar na pedagogia como meio ideal de promover a transformação social? A nada disto os textos podem responder. Nem isso é essencial.

FONTES

REAL, Miguel, «Fernando Gil: a razão fragilizada», in VV. AA., *A Razão Apaixonada — Homenagem a Fernando Gil*, INCM, Lisboa, 2008 (pp. 93-111).

LEITURAS ADICIONAIS

De António Sérgio:

Entre os seus muitos textos, destaque-se a edição crítica dos *Ensaio*s (6 vols.), 2.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1976.

Sobre António Sérgio:

- BORGES DE MACEDO, Jorge, *Estrangeirados, um Conceito a Rever*, Edições do Templo, 1974.
- CALAFATE, Pedro, *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. v (2 t.), Editorial Caminho, Lisboa, 2000.
- LEONE, Carlos, *O Essencial sobre Estrangeirados no Século XX*, INCM, Lisboa, 2005.
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1978.
- MAGALHÃES GODINHO, Vitorino, «Prefácio» a António Sérgio, *Educação Cívica*, Lisboa, ICLP, 1984 (3.^a ed.).
- MAGALHÃES VILHENA, Vitorino, *António Sérgio. O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, Seara Nova, Lisboa, 1964.

- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, dir., *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1973.
- PIRES, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX* (2 vols.), Grifo, Lisboa, 2000.
- SÁ, Victor de, *A Historiografia Sociológica de António Sérgio*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1991.
- VV. AA., *O Tempo e o Modo*, n.ºs 69-70, Moraes Editora, Lisboa, 1969. (Volume de homenagem, organizado ainda em vida de Sérgio, publicado pouco depois da sua morte.)
- , *Revista de História das Ideias*, n.ºs 5-6, 2 t., Coimbra, 1983. (Além de numerosos estudos valiosos, alguns quais referidos neste *Essencial*, inclui uma bibliografia de, e sobre, Sérgio exaustiva à data de publicação e ainda hoje muito útil, sobretudo no que respeita às obras de Sérgio.)
- , *António Sérgio: Pensamento e Acção, Actas do Colóquio na Universidade Católica Portuguesa* (Porto), 2 vols., INCM, Lisboa, 2004. (O mais recente «estado da arte» nos estudos sergianos.)

ÍNDICE

Nota introdutória	5
1 — Vida e obras	10
2 — Filosofia e ciência	24
3 — História e economia	44
4 — Política e pedagogia	70
5 — Posteridade e recepção da obra	92
<i>Leituras adicionais</i>	96

Colecção Essencial

Últimas obras publicadas:

80. D. JOÃO DA CÂMARA
Luiz Francisco Rebello
81. FRANCISCO DE HOLANDA
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
82. FILOSOFIA POLÍTICA MODERNA
Paulo Ferreira da Cunha
83. AGOSTINHO DA SILVA
Romana Valente Pinho
84. FILOSOFIA POLÍTICA DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA
Paulo Ferreira da Cunha
85. O ROMANCE HISTÓRICO
Rogério Miguel Puga
86. FILOSOFIA POLÍTICA LIBERAL E SOCIAL
Paulo Ferreira da Cunha
87. FILOSOFIA POLÍTICA ROMÂNTICA
Paulo Ferreira da Cunha
88. FERNANDO GIL
Paulo Tunhas
89. ANTÓNIO DE NAVARRO
Martim de Gouveia e Sousa
90. EUDORO DE SOUSA
Luís Lóia
91. BERNARDIM RIBEIRO
António Cândido Franco
92. COLUMBANO BORDALO PINHEIRO
José-Augusto França

93. AVERRÓIS
Catarina Belo
94. ANTÓNIO PEDRO
José-Augusto França
95. SOTTOMAYOR CARDIA
Carlos Leone
96. CAMILO PESSANHA
Paulo Franchetti
97. ANTÓNIO JOSÉ BRANDÃO
Ana Paula Loureiro de Sousa
98. DEMOCRACIA
Carlos Leone
99. A ÓPERA EM PORTUGAL
Manuel Ivo Cruz
100. A FILOSOFIA PORTUGUESA (SÉCS. XIX E XX)
António Braz Teixeira
- 101/102. PADRE ANTÓNIO VIEIRA
Aníbal Pinto de Castro
103. A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
Guilherme Braga da Cruz
104. JOSÉ MALHOA
José-Augusto França
105. SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA
José Esteves Pereira
106. ANTÓNIO SÉRGIO
Carlos Leone

Composto e impresso
na
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
com uma tiragem de 800 exemplares.
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se
em Julho de dois mil e oito.

ED. 1015666
ISBN 978-972-27-1690-1

DEP. LEGAL N.º 275 723/08

ISBN 978-972-27-1690-1



9 789722 716901